

MARIA CAROLINA DAL PRÁ CAMPOS

**A QUESTÃO DA SOBERANIA NO CONFLITO ENTRE A
LEGISLAÇÃO INTERNA E TRATADOS INTERNACIONAIS
REGENTES DE BLOCOS DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA**

CURITIBA

2002

MARIA CAROLINA DAL PRÁ CAMPOS

**A QUESTÃO DA SOBERANIA NO CONFLITO ENTRE A
LEGISLAÇÃO INTERNA E TRATADOS INTERNACIONAIS
REGENTES DE BLOCOS DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA**

Monografia de conclusão do Curso de
Direito, Setor de Ciências Jurídicas,
Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vera Cecília
Abagge de Paula

CURITIBA

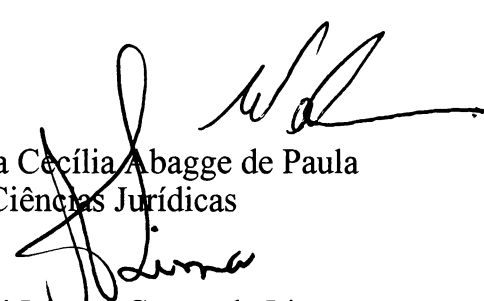
2002

TERMO DE APROVAÇÃO

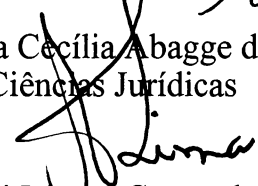
MARIA CAROLINA DAL PRÁ CAMPOS

**A QUESTÃO DA SOBERANIA NO CONFLITO ENTRE A LEGISLAÇÃO INTERNA E TRATADOS
INTERNACIONAIS REGENTES DE BLOCOS DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA**

Monografia de conclusão de curso aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Direito no Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos Professores:



Orientadora: Prof^a Vera Cecília Abagge de Paula
Setor de Ciências Jurídicas



Prof. Abili Lázaro Castro de Lima
Setor de Ciências Jurídicas

Prof. Romeu Fêlpe Bacellar Filho
Setor de Ciências Jurídicas

Curitiba, 4 de novembro de 2002.

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – SOBERANIA.....	3
1. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CONCEITO DE SOBERANIA	3
1.1. A Soberania Estatal.....	3
1.2. A Soberania Popular.....	4
1.3. A Soberania Nacional.....	6
2. ASPECTOS DA SOBERANIA.....	7
2.1. Soberania Negativa e Positiva.....	7
2.2. Soberania Interna e Externa.....	8
2.3. Soberania Absoluta e Relativa.....	10
3. POSSÍVEL CONCEITO DE SOBERANIA.....	14
3.1. Etimologia.....	14
3.2. Características da Soberania.....	15
3.3. Possível Conceito de Soberania.....	15
CAPÍTULO 2 – A INTEGRAÇÃO ENTRE OS ESTADOS ATRAVÉS DOS BLOCOS DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA	17
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	17
1.1. O Processo Histórico da União Européia.....	19
1.2. Esboço Histórico da Cooperação na América Latina e a constituição do Mercosul.....	22
2. RAZÕES DA INTEGRAÇÃO.....	27
2.1. Teses que explicam a integração.....	29
2.2. Estágios da integração.....	30
3. MODALIDADES DE BLOCOS ECONÔMICOS.....	32
CAPÍTULO 3 – A QUESTÃO DA SOBERANIA NO CONFLITO ENTRE A LEGISLAÇÃO INTERNA E TRATADOS INTERNACIONAIS REGENTES DE	

BLOCOS DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA.....	36
1. TRATADOS INTERNACIONAIS.....	36
1.1. Conceito e Importância em um cenário globalizado.....	36
1.2. Normatividade do Direito Internacional.....	38
1.3. Validade dos Tratados Internacionais – sua recepção nos Direitos internos.....	41
2. TEORIAS SOBRE OS CONFLITOS ENTRE DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO INTERNO.....	45
2.1. Teoria dualista.....	46
2.2. Teoria monista.....	48
3. A OPÇÃO BRASILEIRA COM RELAÇÃO AOS CONFLITOS ENTRE DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO INTERNO.....	50
4. UMA NOVA IDÉIA DE SOBERANIA NO QUE TANGE AS RELAÇÕES ENTRE LEIS INTERNAS E TRATADOS INTERNACIONAIS NOS BLOCOS DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA.....	52
CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

RESUMO

A globalização foi possível através de um processo de intercâmbio de informações, mercadorias e pessoas cada vez mais rápido. O mercado internacional desenvolve-se de maneira cada vez mais voraz, impondo a sua lógica não somente nas relações de cunho econômico mas também nas de cunho social, político e jurídico.

Politicamente, observa-se uma tendência de os Estados se agruparem em Blocos de Cooperação Econômica, de modo a enfrentarem com mais facilidade as dificuldades de um capitalismo cada vez mais selvagem, imposto pelas grandes potências mundiais. Esta cooperação é viabilizada pelos Tratados Internacionais.

Este trabalho visa a estudar a melhor alternativa quando há um conflito entre as leis de um determinado Estado e um Tratado Internacional de um Bloco de Cooperação Econômica de que tal Estado participe. A principal questão envolve o conceito de soberania. É necessário que se verifique, portanto, qual das legislações – interna ou internacional – deve prevalecer neste caso.

ABSTRACT

The globalization was possible due to the information, merchandise and people exchange process which becomes faster each day. The international market develops itself more and more aggressively. Not only does it impose its logic to the economic relations, but also to the social, political and juridic ones.

Politically, we observe a tendency, from the States, as to unite themselves in Economic Cooperation Groups, as a way to easily face the difficulties of a savage capitalism imposed by the great world potences. This cooperation has as a tool the International Treaties.

The goal of this work is to study the best alternative when it comes to a conflict between the laws of a certain State and an International Treaty of an Economic Cooperation Group. The main question involves the concept of sovereignty. Therefore, it is necessary that we establish which legislation – internal or international – should be taken into account in this case.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa a analisar as questões relativas a conflitos entre Direito interno e Tratados Internacionais. Estes, no entanto, serão estudados na perspectiva específica dos Blocos de Cooperação Econômica, especialmente o Mercosul.

É indubitável a tendência mundial dos Estados-Nações se alinharem em Blocos de Cooperação Econômica, principalmente com o intuito de, através de incentivos fiscais e diminuição de barreiras alfandegárias, conseguirem uma melhor inserção no mercado internacional.

A questão proposta é a seguinte: em caso de conflito entre a legislação interna dos países que compõem um Bloco de Cooperação Econômica e os Tratados Internacionais que o regem, o que deve prevalecer? Se o Direito Internacional deve prevalecer, como fica a questão da soberania dos países no cenário internacional? Poderia ela ser ajustada, de acordo com interesses de certos grupos econômicos? E a soberania popular constitucionalmente garantida? E no caso de se entender o oposto, não estaríamos diante de um empecilho a uma efetiva integração entre os países?

O papel do Direito Internacional Público está precisamente no oferecimento de soluções viáveis a problemas tais como este, e são estas perguntas que este trabalho pretende responder.

No Capítulo 1, discorreremos sobre o conceito histórico do conceito de soberania, especialmente das concepções de soberania estatal, popular e nacional. Em seguida, trataremos de certos entendimentos deste conceito, segundo Kant, Hegel, Jellinek e Kelsen. No terceiro item, traremos certos aspectos da soberania – positiva e negativa; interna e externa; absoluta e relativa. Finalmente, delinearemos um possível conceito de soberania a partir de suas características.

No Capítulo seguinte, explicaremos como se deu o fenômeno integracionista entre os Estados, traçando inicialmente uma retrospectiva histórica geral e, na sequência, explicando a integração européia e a cooperação latino-americana, com ênfase na União Européia e no Mercosul respectivamente. Passaremos às razões que

levaram os Estados a se unirem em blocos, e trataremos das teses que explicam a integração, bem como os estágios através dos quais ela ocorre. Por fim, explicitaremos as modalidades de blocos econômicos e veremos a inserção da União Européia e do Mercosul neste cenário, a partir das características de cada tipo.

No último Capítulo, veremos a importância dos Tratados Internacionais em um cenário globalizado, bem como a forma como se tornam válidos nos Direitos internos. Faremos uma análise acerca da normatividade do Direito Internacional e estudaremos as teorias propõem soluções aos conflitos entre Direito Internacional e Direito interno, bem como a opção brasileira neste assunto. Para concluirmos, traremos uma nova perspectiva do conceito de soberania e explicitaremos qual teoria acreditamos se enquadrar melhor em uma sociedade globalizada.

CAPÍTULO 1 – SOBERANIA

O primeiro tema de importância crucial para que possamos chegar às conclusões a que pretende este trabalho é aquele da soberania. Antes de nos dedicarmos às formas como alguns autores a definem na atualidade, entretanto, faremos primeiramente uma análise histórica da evolução deste conceito e verificaremos que muito mais que uma única idéia, a soberania envolve várias facetas interessantes.

1. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CONCEITO DE SOBERANIA

LIMA¹ discorre de forma bastante minuciosa sobre a evolução histórica do conceito de soberania, mostrando como ele se formou paulatinamente e dividindo-o em três tópicos: a soberania estatal, a soberania popular e a soberania nacional.

1.1. A SOBERANIA ESTATAL

A soberania surgiu durante a Idade Média, a partir da luta entre os poderes secular e laico. No mesmo sentido, LUZ² explica:

“Da luta medieval entre os reis de França e o Santo Império Romano originou-se a independência dos Estados reais com relação ao Imperador e ao Papa, externamente, e aos senhores feudais, internamente. Até então os próprios baronatos implicavam soberania, o que leva a aceitar o conceito como não caracterizando uma independência total, mas sim com aceção **comparativa**, atribuindo-se a ele uma gradação de esferas de competência”.

Apenas na França do século XVI, todavia, é que desenvolver-se-ia o

¹ LIMA, Abili Lázaro Castro de. **Globalização econômica, política e Direito – análise das mazelas causadas no plano político-jurídico**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2002. p. 34 e ss.

² LUZ, Nelson Ferreira da. **Soberania e Direito Internacional**. Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção da cadeira de Direito Internacional Público na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1952. p.4.

conceito de soberania. “A soberania passou a ser concebida numa interpretação **superlativa**, como caráter de poder máximo”, constituindo elemento fundamental da própria definição de Estado.

Jean Bodin, embora não tenha sido o primeiro a trabalhar este tema, é considerado o responsável pelo primeiro desenvolvimento da teoria moderna da soberania. Para Bodin, “a soberania é um poder absoluto e perpétuo e que não poderia ser limitado por nenhum outro poder. Muito menos as leis humanas poderiam fazê-lo, limitando-se apenas pelas leis divinas e naturais”³.

“O conceito de soberania reforça a idéia do poder absoluto dos monarcas dentro do âmbito do seu reino, não admitindo qualquer outro poder imiscuir-se na sua jurisdição”⁴. Bodin, “ao admitir que não existe Estado sem poder soberano, faz repousar a soberania no Príncipe, confundindo a **qualidade** do poder com o órgão através do qual este é exercido”⁵.

Em ordem cronológica, temos as teorizações de Thomas Hobbes. A partir da idéia de “*homo homini lupus*”, constrói o conceito de Estado como uma consequência da necessidade de sobrevivência humana. Explica LIMA⁶ que “para superar o estado de natureza os homens celebram entre si um pacto de submissão ao soberano, renunciando aos seus direitos, incumbindo somente ao soberano editar as leis”.

1.2. A SOBERANIA POPULAR

O primeiro expoente da doutrina da soberania popular foi John Locke. Conquanto admita, como Hobbes, o homem primitivo em estado de natureza, não aceita a violência e a anarquia como caracterizadoras da atitude dos grupos sociais.

³ LIMA, *op.cit.* p. 35 e 36.

⁴ LIMA, *idem, ibidem*.

⁵ LUZ, *op. cit.* p. 5.

⁶ LIMA, *op.cit.* p. 45.

Muito pelo contrário, concebe a época primitiva em boa ordem, havendo, entretanto, alguns choques entre os mais fortes e os mais fracos. O Estado surgiria “da necessidade dos indivíduos buscarem um árbitro imparcial para solucionar as controvérsias oriundas do estado de natureza e da incerteza da sua forma de solução, sobretudo para impor respeito aos direitos naturais, ou seja, o direito de propriedade”⁷. Surge a figura do Estado, como resultado de um contrato.

As idéias do estado de natureza, do contrato social e da soberania popular vão convergir em Jean-Jacques Rousseau e daí vão inspirar as Constituições modernas. Para Rousseau, antes da ordem da civilização, a vida humana primitiva era livre, simples e feliz, diferentemente do que preconizava Hobbes. Todavia, a luta do forte contra o fraco deu origem à propriedade privada e à propriedade política. A partir daí, “os homens decidem celebrar um pacto social, que estabeleça a paz através de um conjunto de regras, *as leis*, que todos obrigam-se a respeitar, resolvendo-se os litígios segundo os ditames delas, através da arbitragem e do acordo. Inaugura-se, assim, a *sociedade*”⁸.

A constituição do Estado foi consequência deste pacto e, partindo deste ponto, Rousseau encontra a legitimidade da autoridade e o fundamento do poder político na vontade geral, o que constitui um dos pontos originais de sua doutrina.

“(...) a vontade geral é sempre certa e tende sempre à utilidade pública; donde não se segue, contudo que as deliberações do povo tenham sempre a mesma exatidão. Deseja-se sempre o próprio bem, mas nem sempre se sabe onde ele está. Jamais se corrompe o povo, mas freqüentemente o enganam e só então é que ele parece desejar o que é mau.

Há comumente muita diferença entre a vontade de todos e a vontade geral. Esta se prende somente ao interesse comum; a outra, ao interesse privado e não passa de uma soma de vontades particulares. Quando se retiram, porém, dessas mesmas vontades, os a-mais e os a-menos que nela se destróem mutuamente, resta, como soma das diferenças, a vontade geral”.

Na seqüência, explica o autor supracitado que a vontade geral e a soberania

⁷ LIMA, *op. cit.* p. 54.

⁸ LIMA, *idem.* p. 66.

se equivalem, de modo que o detentor dela é o povo, consagrando a idéia de soberania popular. “A soberania consiste, assim, no poder originário do pacto social, que a pessoa pública, como manifestação da vontade geral, tem sobre os seus membros. E, considerado o fato da devolução de poder, é essencialmente **inalienável**, além de **imprescritível** e **indivisível**”. No mesmo sentido, PAUPÉRIO⁹ afirma que “assim como a natureza dá a cada homem um poder absoluto sobre todos os seus membros, o pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus, e este poder é o que, dirigido pela vontade geral, recebe o nome de soberania”.

1.3. A SOBERANIA NACIONAL

A doutrina da soberania nacional se desenvolveu a partir da realidade francesa do século XVIII. A burguesia, membro do Terceiro Estado, conquistara o poder econômico e, no entanto, não tinha participação política que fizesse jus a esta condição. A partir das arbitrariedades do governo de Luís XVI, esta classe se utilizou da plebe como massa de manobra, resultando na Revolução Francesa de 14 de julho de 1789.

O abade Emmanuel de Sieyès retratou em sua obra “O que é o terceiro estado?” a situação da França pré-revolucionária e incitou a conclamação de um poder constituinte que efetivamente representasse a nação. “*Sieyès* asseverou que a soberania popular é a essência do poder constituinte, que define quem é o detentor dos poderes constituídos”¹⁰. Paulo Bonavides, citado pelo mesmo autor, coloca que “a teoria do poder constituinte é basicamente uma teoria da legitimidade do poder. Surge quando uma nova forma de poder, contida nos conceitos de soberania nacional e soberania

⁹ PAUPÉRIO, Artur Machado. **O conceito polêmico de soberania**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1958. p. 71.

¹⁰ LIMA, *idem*, p.75.

popular, faz sua aparição histórica e revolucionária em fins do século XVIII”¹¹. Trata-se de elemento essencial à moderna concepção de Estado.

“Tendo como pano de fundo a nação, os Estados passam sobretudo a partir da Revolução Francesa a defender os valores, costumes e interesses próprios, não admitindo que sejam objeto de agressão, utilizando a soberania como argumento legitimador para consolidar a autodeterminação em relação às outras nações. O espaço físico para a proteção será definido pelos limites do território onde se encontra a nação”¹².

2. ASPECTOS DA SOBERANIA

A nosso ver, não há uma possibilidade de definirmos inequivocamente o termo “soberania”, uma vez que trata-se de uma concepção construída historicamente e, por consequência, em permanente evolução. Passaremos agora a tratar de certos aspectos da soberania que nos auxiliarão no entendimento dos elementos que podem compor um possível conceito de soberania na atualidade. São eles: soberania negativa e positiva; interna e externa; e absoluta e relativa.

2.1. SOBERANIA NEGATIVA E POSITIVA

VIGNALI¹³ resume, em poucas palavras, as acepções negativa e positiva de soberania:

“No Direito Internacional, o termo *soberania* tem dupla acepção: negativa, que postula a não-submissão do Estado soberano à força de decisão de outro poder jurídico; e positiva, que postula a livre autodeterminabilidade, a capacidade, em questões jurídico-internacionais, de o Estado soberano conformar suas relações com outros Estados, com poder de decisão supremo e autônomo”.

LUZ¹⁴, por seu turno, faz uma explicação um pouco mais minuciosa. Para

¹¹ LIMA, *idem, ibidem*.

¹² LIMA, *idem*, p. 77 e 78.

¹³ VIGNALI, *op.cit.* p. 38

¹⁴ LUZ, *op.cit.* p. 7

ele, a soberania pode ser “entendida no seu sentido **negativo**, designando a qualidade do poder de um Estado que não está sujeito a nenhum poder igual ou superior. É, por conseqüência, a negação de toda subordinação”, desdobrando-se em aspectos interno e externo. A soberania tem significação positiva porque “o Estado possui uma vontade suprema sobre as pessoas e o território, assim como com referência às suas relações com entidades públicas ou privadas, cujo poder é sempre inferior ao seu”¹⁵.

O autor supracitado faz uma importante explicação de que os aspectos negativo e positivo são, na realidade, duas formas de expressão de um único fenômeno e, em seguida, ressalta o que é, para ele, uma preponderância do aspecto negativo da soberania:

“(...) Entretanto, se há dois aspectos da soberania, duas facetas, não se deve entendê-los como coisas distintas e sim como manifestações de um mesmo todo; porque, em última análise, o conceito permanece inalterado, significando um poder que não reconhece outro acima dele.

Assim, por qualquer dos dois aspectos sob que seja analisado, é possível observar-se o conceito de soberania como eminentemente negativo; porque, se com referência ao ponto de vista externo, o Estado soberano apresenta-se como independente, é bem de ver que sob o ponto de vista interno aparece com um caráter de poder sobre os indivíduos e outras entidades, de conteúdo positivo na aparência, mas que, bem interpretado, significa tão somente a ausência de toda limitação por parte deles.

Portanto, não será possível identificar a soberania sob qualquer dos dois aspectos, separadamente”¹⁶.

2.2. SOBERANIA INTERNA E EXTERNA

VIGNALI¹⁷, ao tratar da soberania interna, explica que:

“Por um lado, quando o atributo da soberania desenvolve o direito político dos Estados, em seu âmbito interno, outorga à autoridade em que repousa (o príncipe, uma assembléia, o

¹⁵ LUZ, *op.cit.* p.7.

¹⁶ LUZ, *idem, ibidem.*

¹⁷ VIGNALI, *op.cit.* p. 18

povo, a nação) um poder absoluto, supremo, que subordina as demais vontades e que exclui a competição de qualquer outro poder similar; no âmbito interior, o soberano é único e cria, a partir da idéia de senhorio, um sistema jurídico de subordinação”.

O mesmo autor, entretanto, faz uma ressalva em nota de rodapé, afirmando que quando diz ser a soberania um poder **absoluto**, o faz no sentido de que não há rivais que o enfrentem, e não no sentido de que a soberania não reconheça limites jurídico-conceituais. Desta forma, por exemplo, o governante do Estado não pode implantar internamente o caos, pois a anarquia, embora seja possibilidade de fato, não é possibilidade jurídica¹⁸.

Externamente, continua o mesmo autor, a soberania tem outro significado:

“Quando a soberania se refere ao Direito Internacional, confere aos Estados um poder independente, que não admite subordinação a nenhum outro poder, mas que é compartilhado por muitos entes iguais, todos os quais dispõem do atributo da soberania; no campo internacional, coexistem muitos soberanos, os quais, ao ter que se relacionarem, criam um sistema de coordenação, desenvolvido a partir das idéias de compromissos mútuos e obrigação de cumpri-los de boa-fé.

Nesse quadro, unicamente os Estados são soberanos, mas não há um só soberano, senão que todos os entes que pertencem à categoria *Estados independentes, atores das relações internacionais e sujeitos do Direito Internacional*, são soberanos e iguais. Somente os Estados são soberanos, mas todos os Estados são soberanos e iguais; a soberania é um atributo plural, compartilhado.

No panorama internacional, estes múltiplos soberanos são iguais entre si e independentes; não admitem a existência de um poder material que os subordine”¹⁹.

Segue sua explicação aduzindo que é por estes motivos que o princípio que descreve este atributo chama-se “igualdade soberana dos Estados” no artigo 2º, inciso 2 da Carta das Nações Unidas, e não simplesmente soberania²⁰.

Percebemos que o entendimento de VIGNALI sobre a soberania externa vai de encontro àquele de Kelsen. Para este autor, a soberania de um Estado exclui a de

¹⁸ VIGNALI, *idem, ibidem*.

¹⁹ VIGNALI, *idem*, p. 20.

²⁰ VIGNALI, *idem, ibidem*.

todos os outros. O fato de haver mais de uma soberania, para Kelsen, é uma contradição. Além disso, para este autor, a soberania é qualidade de uma ordem normativa, a qual não tem fundamento superior a si própria²¹.

Importante mencionar a crítica de PAULA²² que, ao tratar da soberania externa e externa, explica que

“seus conceitos poderão ser colocados em graus. O poder, onde quer que se apresente, é sempre um dado relativo e sendo a soberania não o poder mas a qualidade, o atributo do poder, o conceito externo da mesma é relativíssimo, e o interno é relativo.

Sendo conceitos dinâmicos e não estáticos, corrobora a idéia de que uma soberania não prejudica a outra. Na esfera nacional há uma soberania, na internacional outra. Em princípio, as matérias são diferentes. Cada soberania incide, especificamente, sobre sua sociedade”.

2.3. SOBERANIA ABSOLUTA E RELATIVA

Quando analisamos o desenvolvimento histórico do conceito de soberania, verificamos que, em princípio, ela nasceu como absoluta, ilimitada. Esta idéia caracterizou um momento histórico e consolidou a afirmação de um ideal exclusivamente político, qual seja o do Estado como autoridade independente²³. SEIDL-HOHENVELDERN²⁴ explicita como isto se deu:

“A noção de soberania foi desenvolvida no início da Idade Média como uma reação às reivindicações dos imperadores do Sacro Império Romano no sentido de serem governantes temporais do globo, sendo o Papa a suprema autoridade apenas em matérias espirituais.

²¹ KELSEN, *op.cit.* p. 544 a 548.

²² PAULA, Vera Cecília Abagge de. **Aspectos do relativismo da soberania: contribuição ao estudo**. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

²³ LUZ, *idem.* p. 68.

²⁴ SEIDL-HOHENVELDERN, Ignaz. **International Economic Law**. 2ª edição. Martinus Dordrecht: Nijhoff Publishers, 1992. p. 21.

(...) soberania podia ser apenas absoluta – ou um governante é o mestre de seu próprio destino, não reconhecendo ninguém nesta Terra como seu superior, ou ele não é. Um chefe soberano, mestre de seu próprio destino, não pode estar sujeito a regras feitas e postas em prática por outros, portanto, ele necessariamente se escusa da observância da lei – *pinceps legibus solutus*”²⁵.

Muito mudou de lá para cá; as relações internacionais se intensificaram, e os Estados tiveram de reconhecer, se não Estados superiores a si, ao menos em posição de igualdade, o que implica dizer que eles tiveram de conviver com outras soberanias no plano internacional. Daí VIGNALI afirmar que “pelo menos no Direito Internacional, nunca se aceitou a idéia de soberania desordenada; ela sempre esteve submetida a regras jurídicas, para o que foi necessário criar um sistema especial, com estrutura jurídica de coordenação”²⁶. Para o autor, este sistema é precisamente o Direito Internacional Público. No mesmo sentido, MELLO afirma que a soberania absoluta, isto é, aquela que não “podia sofrer limitações que não tivessem origem na sua própria vontade”, jamais existiu, “vez que ao existir a sociedade internacional esta cria naturalmente limitações aos atores que a integram”²⁷.

Desta forma, como explica HUSEK²⁸, a soberania absoluta há muito não tem mais razão de ser. Isto porque na ordem interna, o Estado sempre foi soberano, mas na ordem internacional tal não ocorre com a mesma intensidade, porque o Estado, nesta,

²⁵ Do original, em inglês: “*The notion of sovereignty was developed in the early Middle Ages as a reaction to the claims of the Emperors of the Holy Roman Empire to be the temporal rulers of the globe, the Pope being its supreme authority in spiritual matters only.*”

(...) *sovereignty could only be absolute – a ruler either is the master of its own destiny, recognizing nobody on this earth as his superior, or he is not. A sovereign ruler, master of his own destiny, cannot be subjected to rules made and enforced by others, hence he must be freed from the observance of the law – pinceps legibus solutus*”.

²⁶ VIGNALI, *op. cit.* p. 10.

²⁷ MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. **Direito internacional da integração**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996. p. 7.

²⁸ HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 2ª edição. São Paulo: LTr, 1998. p.96.

está em igualdade jurídica com os demais. No mesmo diapasão, VIGNALI²⁹:

“Por consequência, quando se menciona o conceito de soberania deve ter-se em conta a origem político-internacional do conceito, que se refere ao seu conteúdo fático, e sua posterior recepção como atributo jurídico com diferente significado no âmbito jurídico interno, onde quem possui o atributo é o único que dispõe de um poder supremo, somente limitado por categorias axiológicas, e no quadro das relações internacionais, onde quem os possui são muitos, não admitem poder material alheio sobre si, que os subordinem, são independentes, porém estão submetidos a regras jurídicas que se lhes impõem em suas relações mútuas, mas que, por sua peculiar estrutura, não afetam sua soberania”.

Verifica-se, portanto, que a soberania no âmbito externo é relativa, ou seja, está limitada pelas demais soberanias dos demais Estados, por conta do princípio da igualdade. SEIDL-HOHENVELDERN³⁰ explica:

“O reconhecimento destes fatos levou os Estados a descartar a noção de soberania absoluta em favor da de soberania relativa. Um Estado é hoje considerado soberano se seus atos não estão sujeitos a nenhuma outra ordem que não seja de Direito Internacional.

É da própria essência da soberania que nenhum Estado que se considere soberano reconheça nenhum outro Estado como tendo autoridade legal sobre si. De acordo com a doutrina da soberania relativa, todos os Estados soberanos são iguais perante o Direito Internacional”³¹.

A importância de adotarmos um conceito de soberania relativa está na harmonia das relações internacionais. Ora, se um Estado assina um Tratado Internacional com outro Estado, aplica-se a regra da *pacta sunt servanda*³², segundo a

²⁹ VIGNALI, *op.cit.* p. 26.

³⁰ SEIDL-HOHENVELDERN, *op.cit.* p. 22.

³¹ “*Recognition of these facts had led States to discard the notion of absolute sovereignty in favour of that of relative sovereignty. Any State now is said to be sovereign, if its acts are not subject to any other rules than those of international law.*

It is the very essence of sovereignty that no State claiming to be sovereign can recognize another State as having legal authority over it. According to the doctrine of relative sovereignty all sovereign States must be equal before international law”.

³² “*Pacta sunt servanda* – o princípio segundo o qual o que foi pactuado deve ser cumprido – é um modelo de norma fundada no consentimento perceptivo. (...) E é impossível, em absoluto, conceber que a mais rudimentar das comunidades sobreviva sem que seus integrantes se subordinem,

qual o que é contratado tem de ser mantido. Se for reconhecida a soberania absoluta, isto implicaria que “o Estado pode desconhecer os seus compromissos exteriores, sempre que isso convenha aos seus interesses, tendo como limite somente o temor de uma guerra frente a um poder igual ou superior”³³. É evidente que isto significaria o caos no âmbito das relações internacionais. Continua a explicar VIGNALI:

“Por sua vez, pelo princípio da boa-fé, atitude inerente a todo aquele que acorda livre ou soberanamente um sistema de regras de qualquer natureza, e com maior razão das jurídicas, a partir da vigência da norma se obrigam de forma irreversível, sem poder prescindir delas, por sua exclusiva vontade, nem pretender evitar as conseqüências negativas de seus descumprimentos. Se não fosse assim, porque se obrigarem, podendo não obrigar-se?”³⁴.

Assim, só podemos admitir hoje a soberania relativa dos Estados, conforme as palavras de GRUPENMACHER: “A soberania estatal é, no entanto, hoje relativa, estando vinculada e limitada ao ordenamento jurídico internacional. Tal entendimento decorre da necessidade de compatibilização do ordenamento jurídico interno de um dado Estado com a existência de inúmeras situações de natureza sociológica, política e jurídica, alcançadas pelo direito internacional público”³⁵.

PAULA³⁶ lembra que a soberania só atinge a sua finalidade através da sua relativização:

“O conceito de soberania, seu real entendimento, é em si indivisível, mas divisível em seu exercício e sempre limitado pelo Direito, encontrando no homem o seu limite maior.

quando menos, ao dever de honrar as obrigações livremente assumidas”. (REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 1993. p. 3).

³³ VIGNALI, *op.cit.* p.30.

³⁴ VIGNALI, *idem*, p.36.

³⁵ GRUPENMACHER, Betina Treiger. **Tratados internacionais em matéria tributária e a ordem interna**. Tese apresentada na Universidade Federal do Paraná, para a obtenção do título de doutora. Curitiba, 1998. p. 9.

³⁶ PAULA, Vera Cecília Abagge de. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, número 33. Coleção Acadêmica de Direito/17, 2000. Artigo: **Aspectos do relativismo da soberania: contribuição ao estudo**. Curitiba: Síntese, 2000. p. 145.

A soberania jamais poderá tripudiar sobre os direitos, mas deverá reconhecê-los e assegurá-los. A finalidade do Estado, através da soberania, não é outra senão defender o interesse coletivo da comunidade”.

3. POSSÍVEL CONCEITO DE SOBERANIA

Como já afirmamos, não nos propomos a apresentar uma definição precisa de soberania, tendo em vista que se trata de um conceito construído historicamente e com inúmeras abordagens. Tratamos, nos itens anteriores, dos aspectos que aparecem de forma mais corrente como relevantes a uma conceituação de soberania. Procuraremos, agora, porque é importante para o nosso trabalho, traçar algumas características fundamentais que nos levem a um possível conceito de soberania. Mais uma vez, não nos propomos a esgotar o assunto nem tampouco a fornecer um conceito sem falhas. Até porque, como vimos, este conceito está deveras relativizado em face da intensificação das relações internacionais.

3.1. ETIMOLOGIA

MELLO explica que “a origem da palavra soberania não é pacífica entre os autores. Para uma corrente, vem de *superanus*, forma do médio latim e o sufixo ‘anus’ demonstra sua origem popular, que parece ter seu berço na França e na Inglaterra e se consolidado no decurso do século XII”³⁷. Para outros autores, a origem corresponde a esta trazida por LUZ, segundo o qual a palavra “soberania” é oriunda “do baixo latim, *superanitas*, significa ‘autoridade suprema’. É o poder, numa sociedade política, de comandar e obrigar”. O mesmo autor traz, em nota de rodapé:

“À palavra soberania correspondem três expressões latinas: **summa potestas, summum imperium e dominium**. Barbeyrac traduziu as duas primeiras por “**souveranité**”, que os autores do século XVIII empregaram com o mesmo significado de “*puissance publique, empire, autorité souveraine*” (...) A palavra soberania é um termo puramente francês, que

³⁷ MELLO, *op.cit.* p. 120 e 121.

não tem equivalente em outros idiomas e que basta para atestar a origem francesa do conceito de soberania”³⁸.

3.2. CARACTERÍSTICAS DA SOBERANIA

Apesar da relativização do conceito de soberania na atualidade, ainda encontramos como características da soberania, nos manuais de Direito Internacional Público, a unidade, a indivisibilidade, a inalienabilidade e a imprescritibilidade.

“Pela unidade, há que se entendê-la uma só – dentro de determinada ordem não haveria mais de uma soberania”³⁹. “Concebendo o Estado como uma unidade, afirma, como consequência, a indivisibilidade do poder. A soberania não pode ser passível de aumento ou de diminuição: é um superlativo que só tolera, junto a si, outros poderes do mesmo gênero, pelo que é possível admitir vários Estados soberanos, mas não vários titulares de um mesmo poder de um Estado.”⁴⁰. HUSEK⁴¹ lembra, entretanto, que pode haver delegação de poderes. A terceira característica se refere à intransferibilidade da soberania e à impossibilidade de ser renunciada. Finalmente, a soberania é eterna⁴².

3.3. POSSÍVEL CONCEITO DE SOBERANIA

Como restou dito, é difícil realmente criarmos um conceito de soberania. Até porque o objetivo deste trabalho é precisamente demonstrar como o conceito de soberania absoluta se encontra defasado em face da nova ordem internacional.

³⁸ LUZ, *op.cit.* p.3.

³⁹ HUSEK, *op.cit.* p. 95 e 96.

⁴⁰ LUZ, *op.cit.* p. 53.

⁴¹ HUSEK, *op.cit.* p. 95 e 96.

⁴² HUSEK, *idem, ibidem.*

Poderíamos, portanto, adotar um conceito que possa resumir as idéias mais importantes explicitadas neste Capítulo, de modo que possamos seguir adiante e analisar a formação dos Blocos Econômicos. Escolhemos REZEK⁴³, cuja reputação dispensa apresentações. Afirma que:

“Identificamos o Estado quando seu governo (...) não se subordina a qualquer autoridade que lhe seja superior, não reconhece, em última análise, nenhum poder maior de que dependam a definição e o exercício de suas competências, e só se põe de acordo com seus homólogos na construção da ordem internacional, e na fidelidade aos parâmetros dessa ordem, a partir da premissa de que aí vai um esforço horizontal e igualitário de coordenação no interesse coletivo. Atributo fundamental do Estado, a soberania o faz titular de *competências* que, precisamente porque existe uma ordem jurídica internacional, não são *ilimitadas*; mas nenhuma outra entidade as possui superiores”.

⁴³ REZEK, *op.cit.* p. 229.

CAPÍTULO 2 – A INTEGRAÇÃO ENTRE OS ESTADOS ATRAVÉS DOS BLOCOS DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A partir da segunda metade do século XX, isto é, no Pós-Guerra, verificou-se uma tendência dos Estados em se alinharem entre si, seja para superarem as mazelas de uma seqüência de duas guerras devastadoras, seja para buscarem maior inserção no mercado internacional cada vez mais globalizado.

MELLO⁴⁴ afirma que o Estado individual estava sendo ultrapassado, e que passaram a se organizar em blocos. Resume GOMES⁴⁵:

“O processo integracionista é recente: iniciou-se na segunda metade do século XX, principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial; ganhou destaque com os acontecimentos verificados no final da década de 80 e início da década de 90 – Queda do Muro de Berlim, desintegração da antiga URSS e término da Guerra Fria -, que propiciaram maior intercâmbio comercial entre os países; acrescentou-se a esses fatos o fenômeno da globalização, pois, em decorrência do desenvolvimento tecnológico e da rapidez com que as informações são processadas e os fatos ocorrem, o mundo parece ter diminuído de tamanho”.

No mesmo sentido, HOBBSAWM⁴⁶:

“(...) começou a surgir, sobretudo a partir da década de 1960, uma economia cada vez mais transnacional, ou seja, um sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores. No caso extremo, passa a existir uma ‘economia mundial’ que na verdade não tem base ou fronteiras determináveis, e que estabelece, ou antes impõe, limites ao que mesmo as economias de Estados muito grandes podem fazer”.

Não é difícil compreender, entretanto, que esta tendência não foi uniforme

⁴⁴ MELLO, *op.cit.* p. 10.

⁴⁵ GOMES, Eduardo Biacchi. **Blocos econômicos e solução de controvérsias – uma análise comparativa a partir da União Européia e Mercosul**. Curitiba: Juruá, 2001. p. 27

⁴⁶ HOBBSAWM, Eric. **A Era dos extremos: o Breve Século XX: 1914-1991**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 272.

em todas as partes do globo, e que cada Estado resolve ou não integrar-se por razões diferentes. É o que explica GOMES⁴⁷, quando expõe que a “busca de integração entre Estados tem as mais variadas causas: econômicas, políticas, pacifistas, sociais, culturais etc. O que principalmente justifica o anseio integracionista são as razões econômicas, que levam os Estados a procurar melhor inserção no mercado mundial, para melhor competir com os demais países ou blocos econômicos”.

Continua, fazendo uma ressalva importante: a “integração, embora na maioria dos casos tenha finalidade econômica, é fruto de uma vontade de integrar-se que se realiza por força da vontade política”⁴⁸.

Apesar disso, adotamos neste trabalho o termo “Blocos de Cooperação Econômica”. Em primeiro lugar, em regra os Estados se unem para obterem maior êxito no âmbito das relações econômicas internacionais. Segundamente, foi este o motivo que levou o Brasil a se inserir no Mercosul, um bloco que visa, precipuamente, à cooperação econômica entre os países que o compõem. Como o Mercosul é o nosso exemplo de integração mais próximo, pareceu pertinente tal escolha. Finalmente, a intenção foi fazer uma diferenciação entre o que denominamos “Blocos de Cooperação Econômica” e a experiência européia, pois esta se encontra em um estágio muito mais avançado e possui natureza jurídica distinta daquilo que pretendemos analisar. Tais explicações ficarão mais claras na medida em que desenvolvermos o Capítulo.

Por ora, iniciaremos com uma breve exposição do processo histórico de integração européia, seguida por outra acerca do Mercosul. Esta divisão se faz necessária em virtude das diferentes circunstâncias históricas em que estavam inseridos os Estados que os compõem, o que implica diferenças nas razões pelas quais ocorreram a integração.

⁴⁷ GOMES, *op.cit.* p. 27.

⁴⁸ GOMES, *idem, ibidem.*

1.1. O PROCESSO HISTÓRICO DA UNIÃO EUROPÉIA

MELLO⁴⁹ nos conta que desde a Idade Média existe uma espécie de sentimento europeu. No entanto, é apenas a partir da Segunda Guerra Mundial que há efetivamente um processo de integração na Europa, em virtude do fato de ela estar arrasada. As destruições decorrentes das guerras tinham afetado tanto os países vencedores quanto os vencidos. Por consequência, a Europa perdeu sua hegemonia no cenário internacional.

O primeiro passo para a integração europeia foi dado com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, unindo os dois principais países rivais deste continente: Alemanha e França. Muitos, nesta fase, já vislumbravam a possibilidade de uma futura estrutura federativa europeia:

“Quando a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço se estabeleceu em 1951, muitas pessoas na Europa Ocidental torceram pelo estabelecimento dos ‘Estados Unidos da Europa’. Enquanto os federalistas queriam criar uma federação, através de um ato revolucionário, se necessário, os funcionalistas acreditavam que a integração de um setor da vida econômica após o outro acarretaria um aumento da coesão política e que a federação acabaria sendo o resultado final e inevitável deste processo”⁵⁰.

Continua o mesmo autor, explicando que, prevendo este resultado, a CECA foi sendo munida de órgãos supranacionais, e em seguida explica as características deste tipo de bloco:

“Antecipando parcialmente o atingimento deste objetivo, as estruturas da CECA eram mais supranacionais que internacionais. As decisões em organizações supranacionais podem ser tomadas por voto majoritário, suas leis primárias e secundárias podem ser aplicadas diretamente, para todas as pessoas dos territórios dos seus Estados-membros, a jurisdição dos seus órgãos de solução de controvérsias não depende do consentimento do órgão ou Estado em questão. Uma organização supranacional, acima de tudo, dispõe de seus

⁴⁹ MELLO, *op.cit.* p. 127 a 137.

⁵⁰ “When the European Coal and Steel Community was established in 1951 many people in Western Europe hoped for the establishment of the ‘United States of Europe’. While the federalists wanted to create such a federation, if need be, by a revolutionary act, the functionalists believed that integrating one sector of economic life after the other would lead to such an increase also of political cohesion that the federation would be the final and inevitable outcome of this process”. (SEIDL-HOHENVELDERN, *op.cit.* p. 80).

próprios meios de financiamento operacional, ao invés de ter de depender de contribuições anuais dos seus Estados-membros, e os seus órgãos que representam a vontade comum têm maiores poderes que os órgãos similares das organizações internacionais ‘clássicas’”.⁵¹.

A Grã-Bretanha, entretanto, não aceitou a supranacionalidade e a CECA teria como membros a França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1952 o Tratado entrou em vigor; em 1953 foi aberto o mercado comum. Intensificaram-se as trocas comerciais e foram suprimidos os direitos aduaneiros e discriminações⁵².

Em 1957 foi assinado o Tratado de Roma, criando a Comunidade Econômica Européia (CEE) e a Comunidade Européia de Energia Atômica (EURATOM). Suas estruturas eram semelhantes à da CECA, embora a ênfase fosse maior na intergovernabilidade que na supranacionalidade. Vários países foram, posteriormente, aderindo à CEE. Os passos seguintes, que levaram à união que conhecemos hoje no continente europeu, são os seguintes:

“Finalmente em 1986 foi concluído o Ato Único Europeu que começou a vigorar em 1/7/87. Na verdade, são dois tratados comunitários e um outro autônomo sobre a cooperação de política externa.

Em 1990 o Conselho Europeu, em reunião extraordinária, em Dublin, por iniciativa do Presidente Mitterand e do Chanceler Kohl convoca conferências intergovernamentais da União política e da União Econômica e monetária. Esta última teve suas funções demarcadas por um Comitê dos governadores bancos centrais e pela Comissão em reuniões de 1988 a 1991. Em 1992, o Parlamento europeu aprovou o Tratado de Maastricht.

A União Européia trata da política externa e da segurança comum, de cooperação no

⁵¹ “*In partial anticipation of the fulfillment of this aim the structures given to the ECSC⁵¹ were supranational rather than international. Decisions in supranational organizations may be taken by majority vote, its primary and secondary law may be directly applicable to all persons within the territories of their member States, the jurisdiction of its dispute-settlement organ does not depend on the consent of the impleaded State or organ. A supranational organization moreover disposes of its own means to finance its operation instead of having to depend on annual contributions from its member States and its organ which represent the common will has larger powers than those of the comparable organ in ‘classical’ international organizations*”. (SEIDL-HOHENVELDERN, *op. cit.* p. 80).

⁵² MELLO, *op.cit.* p. 133.

campo da justiça e dos negócios internos, etc. A Comunidade Econômica Européia tem o seu tratado modificado e passa a ser denominada de Comunidade Européia (CE). Os tratados da CECA e Euratom são modificados em poucos aspectos para adaptá-las a CE”⁵³.

Percebe-se que para chegar no estágio de integração em que se encontra hoje, a Europa passou por várias fases⁵⁴ e, aos poucos, através da celebração de vários tratados internacionais, chegou-se a esta inédita configuração de uma união de Estados a qual não está, de forma alguma, acabada. Sobre a evolução da UE, posterior a esta fase, comenta HOBBSAWM⁵⁵:

“(...) o efeito da Guerra Fria foi mais impressionante na política internacional do continente europeu que em sua política interna. Provocou a criação da ‘Comunidade Européia’, com todos os seus problemas; uma forma de organização sem precedentes, ou seja, um arranjo permanente (ou pelo menos duradouro) para integrar as economias, e em certa medida os sistemas legais, de vários Estados-nação independentes. Inicialmente (1957) formada por seis Estados (França, República Federal da Alemanha, Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo), ao final do Breve Século XX, quando o sistema começou a balançar, como todos os produtos da Guerra Fria, nela já haviam entrado outros seis (Grã-Bretanha, Irlanda, Espanha, Portugal, Dinamarca, Grécia) e em teoria ela se comprometia com uma integração política ainda mais estreita, além da econômica. Isso devia levar a uma união federada ou confederada permanente da ‘Europa’”.

O erro de Hobsbawm foi ter duvidado do sucesso deste empreendimento quando escreveu esta obra em 1995. O fato é que hoje podemos acompanhar pelos meios de comunicação ou até mesmo por própria experiência de vida, que a tentativa européia logrou êxito e hoje, não somente há uma integração econômica como também jurídica (através da existência de um Direito Comunitário) e até mesmo monetária, com a circulação efetiva do “euro” iniciada no corrente ano.

Evidentemente que o processo de integração na América Latina não se deu da mesma forma que na Europa. Tratam-se de duas realidades radicalmente diferentes,

⁵³ MELLO, *op.cit.* p. 136.

⁵⁴ Foi através da evolução da União Européia que temos hoje uma teoria acerca dos estágios de integração, que culminam em uma união total. Este tema será visto adiante, mas é interessante observar que a construção desta teoria se deu de modo empírico, através da observação do paradigma que constitui a UE.

⁵⁵ HOBBSAWM, *op.cit.* p. 236 e 237.

com distintos arranjos políticos e econômicos. No entanto, a UE continua sendo o paradigma almejado por aqueles que entendem que a integração é uma boa alternativa para o desenvolvimento econômico, daí termos explicado, ainda que brevemente, como se deu o processo integracionista europeu. Passemos à América Latina.

1.2. ESBOÇO HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E A CONSTITUIÇÃO DO MERCOSUL

Comenta HUSEK⁵⁶ que

“(...) há muito se entendeu que a única forma de fazer frente a um mundo cada vez mais interdependente e de se tornarem os latinos-americanos parceiros mais confiáveis e prontos a serem ouvidos é pela união de propósitos.

A América Latina, como outras regiões do mundo, mais ou menos identificadas por alguns caracteres comuns ou pela simples vizinhança entre países, também busca a integração regional, de longa data”.

O mesmo autor cita o entendimento de Rubens Antônio Machado, que divide a evolução do processo de integração na América Latina em duas fases: uma romântica, que se inicia em fins dos anos 50 e que termina em meados dos anos 80; e outra pragmática, que começa em 1985 e vem até a atualidade.

A fase romântica é assim denominada pelas declarações retóricas de intenções, sem preocupações com a realidade de cada país. Este período se caracteriza por grandes linhas políticas de desenvolvimento baseadas no mercado interno e por incipiente abertura das economias para o mercado mundial. A segunda fase é marcada por maior realismo, através da realização de efetivos contatos pessoais de diplomacia⁵⁷.

Adotando mais uma vez MELLO⁵⁸, verificamos que a integração na América Latina começa, na fase romântica, com a criação da ALALC (Associação Latino-

⁵⁶ HUSEK, *op.cit.* p. 131.

⁵⁷ HUSEK, *idem.* p.132.

⁵⁸ MELLO, *op.cit.* p. 290 a 299.

Americana de Livre Comércio), em 1960. Constituída pelo Tratado de Montevideu, entrou em vigor no ano seguinte e tinha por finalidade a criação de uma zona de livre comércio entre os seus membros⁵⁹, no prazo máximo de 12 anos.

Seguiu-se a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) com rigorosamente os mesmos membros. Concluído um novo tratado em Montevideu no ano de 1980, ele estabeleceu a fixação de um mercado comum⁶⁰ de forma progressiva. Determinou que os Estados membros trocariam vantagens alfandegárias entre si e estabeleceu um sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento, fundado no princípio da cooperação comunitária. Aos poucos, por força da ALADI, a ALALC foi se extinguindo.

No mesmo ano em que foi constituída a ALALC, foi instituído o Mercado Comum Centro Americano (MCCA) pelo Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana. Sua finalidade era estabelecer um mercado comum entre Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala e Costa Rica. Não vingou, entretanto.

Na sequência, a *Caribbean Free Trade Association* (CARIFTA)⁶¹ foi criada em 1968 com o intuito de suprimir as barreiras alfandegárias.

O Pacto Andino foi instituído por um acordo concluído em Cartagena em 1969 e tem por objetivo promover o desenvolvimento da região de forma equilibrada para facilitar sua participação na ALADI⁶².

Em 1972 foi concluído um tratado instituindo a CARICOM, Comunidade do

⁵⁹ Eram estes: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

⁶⁰ O mercado comum é uma forma de integração mais avançada que a zona de livre comércio pretendida pela ALALC. Deste modo, verifica-se que a ALADI estava com maiores pretensões integracionistas que a ALALC.

⁶¹ Tinha por membros: Antígua, Barbados, Trinidad-Tobago, Jamaica e as ilhas do Caribe Leste.

⁶² Tem por integrantes Chile (que posteriormente se retirou), Peru, Equador, Colômbia e Bolívia

Caribe. Sua intenção era ser um mercado comum. Inicialmente composta por Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad-Tobago, outros Estados aderiram⁶³.

O Sistema Econômico Latino-Americano, formado por 26 países⁶⁴, foi criado em 1975 e tem sede em Caracas. Dentre as suas finalidades estava a promoção de cooperação inter-regional. Para MELLO, é uma “versão renovada do nacionalismo latino-americano”⁶⁵.

Em 1981 foi concluído um tratado criando a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS)⁶⁶, com fins de cooperação econômica.

A fase pragmática começa com ativa presença do governo brasileiro. Em 1986 há o Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil e Argentina. Em 1987 é criado o Parlamento Latino-Americano⁶⁷, através de um tratado concluído em Lima. Tinha por objetivo a defesa da integração econômica.

O NAFTA (*North American Free Trade Association*) foi criado por um tratado concluído em 1992 e aprovado em 1993. Ele visa à instalação de um mercado comum entre México, Estados Unidos e Canadá no prazo máximo de 15 anos.

Verificamos, com o exposto, que existe, há muito tempo, uma intenção de cooperação presente na América Latina. Foi possível tal constatação através da enumeração – nem de longe exaustiva – de vários dos inúmeros tratados celebrados entre Estados latino-americanos. A cooperação consiste, para estes países e para o

⁶³ Granada, Belize, ilhas de Dominica, de Montserrat, de São Vicente e Santa Lúcia, Antígua e Brabados, St. Kitts-Nevis, São Vicente e Bahamas.

⁶⁴ São eles: Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad-Tobago, Uruguai e Venezuela.

⁶⁵ MELLO, *op.cit.* p. 296.

⁶⁶ A OECS é formada por Antígua, Dominica, Granada, Montserrat, St. Kitts, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas.

⁶⁷ Foram seus signatários: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Brasil, em uma melhor possibilidade de inserção no mercado mundial, cada vez mais competitivo, e em uma chance de promover uma melhoria nas condições sociais deste modo, tendo em vista que se tratam de países em desenvolvimento.

HUSEK⁶⁸ faz uma crítica pertinente acerca deste processo de cooperação na América Latina:

“Contudo, a política interna e econômica dos países da América Latina, as enormes dificuldades por que passam, sempre foram fatores impeditivos de uma integração regional. A existência de regimes autoritários e democráticos, as rivalidades entre alguns países, a atuação de empresas multinacionais e as reações internas com relação a estas são exemplos dessas dificuldades.

Não há dúvida que o grande inimigo da integração latino-americana foi, e ainda é, a diferença de regimes e a fragilidade econômica dos países que compõem essa região”.

Faz uma ressalva, em seguida, a qual pensamos ser mais pertinente: “O fenômeno da globalização da economia apressa a evolução socioeconômica dos países sul-americanos por bem ou por mal, sob pena de ficarem tais países à margem das relações internacionais”⁶⁹. Daí acreditarmos ser a cooperação uma alternativa interessante para a busca de um maior desenvolvimento econômico e, com sorte, uma melhoria nas condições sociais destes países.

Para finalizar esta breve análise histórica, resta tratarmos do Mercosul, bloco atualmente de maior relevância para o Brasil, já que a ALCA parece pertencer ainda a um futuro distante e incerto.

MELLO explica que o “Mercado Comum do Sul (Mercosul) é talvez o projeto mais ambicioso de integração econômica elaborado por países latino-americanos tendo em vista a magnitude da economia de dois dos países integrantes: Brasil e Argentina”⁷⁰. Em seguida, cita Paulo Roberto de Almeida⁷¹, o qual explica a

⁶⁸ HUSEK, *op.cit.* p. 134.

⁶⁹ HUSEK, *idem.* p. 135.

⁷⁰ MELLO, *op.cit.* p. 301.

importância do papel da CEPAL⁷² na integração latino-americana:

“(...) É a CEPAL que introduz, nos anos 50, o conceito de cooperação regional baseada num sistema de preferências comerciais como meio para acelerar o desenvolvimento econômico. Essas idéias aparecem nos estudos conduzidos pelo Comitê de Comércio da CEPAL em meados dos anos 50. Em 1956, a CEPAL volta a defender a idéia de se criar um ‘mercado regional’ sul-americano, visto ainda na ótica do famoso economista Raul Prebisch – como uma forma de acelerar o processo de industrialização, objetivo desenvolvimentista básico da maior parte dos governos latino-americanos da época”.

O relacionamento entre Brasil e Argentina sempre foi de rivalidade, nunca de cooperação. Tal situação começou a mudar em 1986, quando da “Ata para Integração Brasil/Argentina”, a qual estabeleceu um processo de integração e cooperação econômica de caráter gradual e equilibrado e previu tratamentos preferenciais em relação a terceiros mercados. Em 1988, houve o “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento”, cujo objetivo era a consolidação de um processo de integração bilateral e a instituição, de início, um espaço econômico comum. Em 1990, pela “Ata de Buenos Aires”, tais intenções são confirmadas, com o intuito de permitir uma modernização econômica e uma inserção competitiva na economia mundial de ambos os países, por uma “complementaridade ampliada entre as duas economias”⁷³.

O Mercosul, propriamente dito, foi instituído em 1991 pelo Tratado de Assunção, de que foram signatários Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. São os objetivos deste tratado:

“A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre países através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros, Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-Partes de comércio exterior, agrícola industrial, fiscal, monetária,

⁷¹ ALMEIDA, Paulo Roberto. **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1993. p. 63 e ss.

⁷² Órgão subsidiário do Conselho Econômico e Social da ONU que, atualmente, apesar de manter a sigla CEPAL, passou a se chamar “Comissão Econômica para a América Latina e Caribe”.

⁷³ ALMEIDA, citado em MELLO, *op.cit.* p. 302 e 303.

cambial e de capitais, de serviços, alfandegárias de transportes e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados-partes e o compromisso dos Estados-partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração”⁷⁴.

2. RAZÕES DA INTEGRAÇÃO

“Sem que se possa afirmar que seja uma tendência universal e muito menos um processo irreversível, pode-se observar no período posterior ao fim da Guerra Fria o crescimento relativo da tendência de exploração de possibilidades de integração econômica regional, visando à eliminação de barreiras nacionais ao trânsito de diversos fatores: produção, bens, serviços, capital e indivíduos”⁷⁵.

MELLO⁷⁶ nos diz que ainda não é possível a elaboração de uma teoria geral do regionalismo, de modo que este deverá ser analisado caso a caso, de acordo com o momento histórico. Daí a importância de se entender como se deu a formação dos Blocos de Cooperação Econômica na Europa e na América Latina.

BAPTISTA⁷⁷ aponta uma aparente contradição, pois “estamos vivendo em tempos de globalização, com predomínio da ideologia liberal. Ao mesmo tempo, numa dicotomia importante, assistimos a um processo de fragmentação, em que o crescimento das organizações regionais pode ser visto como um movimento que opõe globalização a regionalismo”. Em seguida, corrobora dizendo que

“como reverso da mundialização, movimentos de integração regional começaram a proliferar em várias partes do globo. O que na primeira metade do século eram experiências tímidas e premissas de indagações sobre seu futuro sucesso, na segunda metade proliferaram. Proliferaram baseadas no espírito de imitação – do sucesso das experiências européias – e na necessidade de aumentar a dimensão dos mercados”⁷⁸.

⁷⁴ MELLO, *op.cit.* p. 304.

⁷⁵ OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Relações internacionais e sua construção jurídica: a ALCA e os blocos internacionais**. São Paulo: FTD, 1998. p. 8.

⁷⁶ MELLO, *op.cit.* p. 111.

⁷⁷ BAPTISTA, Luiz Olavo. **Modelos de solução de controvérsias nos processos de integração regional**. (OLIVEIRA, *op.cit.*, p. 14).

⁷⁸ BAPTISTA, *idem.* p. 15.

Vimos, quando analisamos o processo histórico da União Européia e do Mercosul, que eles iniciaram processos integracionistas por razões diferentes, o que não causa espanto, tendo em vista a diferença brutal entre as duas realidades, uma desenvolvida e outra em desenvolvimento. Enquanto a primeira se concretizou com o fito de fazer com que os países europeus se recuperassem das duas guerras mundiais e fizessem frente à hegemonia estadunidense, o segundo se tornou possível como uma necessidade de fortalecimento no mercado internacional.

No entanto, houve uma razão mais específica, colocada em um Tratado Internacional, que mudou a história e incentivou a formação de Blocos de Cooperação Econômica. Nas palavras de GOMES⁷⁹:

“Um dos motivos da formação de blocos econômicos é a **exceção à aplicação do princípio da cláusula da nação mais favorecida**, segundo a qual as concessões e benefícios que vigoram no espaço econômico integrado não precisam ser concedidos aos Estados que não compõem o bloco: essa exceção constitui uma forma de protecionismo regional, em detrimento da competitividade mundial.

Por outro lado, a **cláusula da nação mais favorecida** constitui uma das principais regras da OMC (Organização Mundial do Comércio), antigo GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), segundo a qual, em prol do princípio da reciprocidade, toda e qualquer vantagem comercial concedida por um país a outro deverá automaticamente ser estendida aos demais Estados que integram o bloco”.

Passamos a explicar. O GATT foi um acordo concluído em 1947, que entrou em vigor em 1948. Sua finalidade era promover o emprego, o comércio internacional e aumentar o padrão de vida, reduzindo, em base de reciprocidade e vantagens mútuas, as tarifas alfandegárias, eliminando a discriminação no comércio internacional. Em 1995 foi substituído pela OMC (Organização Mundial do Comércio), resultado da transformação do GATT em organização internacional.

Há uma cláusula no GATT, denominada **cláusula da nação mais favorecida**. Por ela, um Estado que concedesse uma vantagem a um outro Estado membro do GATT teria de estendê-la a todos os demais membros. A cláusula XXIV,

⁷⁹ GOMES, *op.cit.* p. 30.

entretanto, trazia uma ressalva: o benefício não precisava ser estendido se o Estado que o concedeu fizesse parte de um bloco econômico. Daí explica-se a fúria na constituição de tais blocos. Pudemos constatar, pela análise histórica, que não foram poucas as tentativas de se esquivar da cláusula da nação mais favorecida constante no GATT. Esta cláusula “já abria portas para a criação de regimes de integração sub-regionais”⁸⁰.

De toda forma, é importante ressaltar que o Mercosul, que é mais próximo de nós, não foi criado em oposição à globalização, mas como veículo para uma inserção mais adequada e para evitar um isolacionismo, fatal nestes tempos.

2.1. TESES QUE EXPLICAM A INTEGRAÇÃO

MELLO⁸¹ traz certas teses que visam a explicar o fenômeno da integração na ordem internacional.

A primeira tese, denominada **integracionista**, entende que

“(...) a integração se caracteriza por um sentido de comunidade, com instituições que assegurem por um longo tempo as expectativas de mudança pacífica. (...) É necessário existir uma simpatia externa e lealdade, bem como consideração recíproca, uma identificação de interesses, percepção de necessidades e comunicação. A mais importante das condições é a possibilidade de aptidão política e administrativa dos principais entes políticos de se integrarem. É ainda relevante um crescimento econômico. Deve haver uma mobilidade das pessoas”⁸².

O **funcionalismo**, por sua vez, entende que o Estado não consegue atender, sozinho, aos grandes problemas econômicos e sociais da atualidade. Propõe uma espécie de especialização das organizações internacionais em determinadas funções, independentemente dos territórios. Assim, a cooperação se daria por aspectos técnicos e não políticos, o que eliminaria a “suspeita” entre os Estados.

⁸⁰ BAPTISTA, *op.cit.* p. 15.

⁸¹ MELLO, *op.cit.* p. 105 e 106.

⁸² MELLO, *idem, ibidem.*

Para os **neofuncionalistas**, os Estados devem ser unidos pelas suas semelhanças e não pelas suas diferenças. Defende o incremento da delegação de competências dos Estados para as organizações internacionais.

Lindberg defende a tese **sistêmica** a partir da experiência europeia. Afirma que a integração se deu neste continente a partir da impossibilidade de uma série de demandas nos âmbitos nacionais, o que ensejou uma cooperação que levaria à criação de organismos internacionais.

2.2. ESTÁGIOS DA INTEGRAÇÃO

A verificação dos estágios de evolução de um processo de integração foi feita a partir da experiência europeia, por ter sido a pioneira⁸³. A doutrina é basicamente uniforme quanto às fases deste processo, sendo elas basicamente: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica⁸⁴. Adotaremos, entretanto, as concepções de FREITAS JÚNIOR⁸⁵ e MELLO⁸⁶, os quais adotam as categorias preconizadas por Bela BALASSA⁸⁷, por reputarmos mais completas. Segundo o primeiro autor, a “tipologia de Balassa organiza a variedade das experiências de integração, observando-as sob o critério da intensidade dos compromissos de integração”.

⁸³ “Os processos de integração na sociedade internacional deverão ser analisados a partir da experiência da União Europeia, que, em decorrência da originalidade do seu funcionamento, é atualmente o modelo de maior sucesso em relação à formação dos blocos econômicos”. (GOMES, *op.cit.* p. 20).

⁸⁴ HUSEK cita Carlos Alberto Gomes CHIARELLI e Matteo CHIARELLI, os quais excluem a união econômica e acrescentam, antes das zonas de livre comércio, as **zonas de preferência**, as quais corresponderiam a regiões demarcadas onde os países estabelecem regras próprias de relacionamento comercial.

⁸⁵ FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues de. **Globalização, Mercosul e crise do Estado-Nação: perspectivas para o direito numa sociedade em mudança**. São Paulo: LTr, 1997.

⁸⁶ MELLO, *op.cit.* p. 119 e 120.

⁸⁷ FREITAS JÚNIOR, *op.cit.* p. 30 a 32.

A **zona de livre comércio** é a fase mais incipiente de cooperação. Este sistema limita-se predominantemente à eliminação recíproca e paulatina das respectivas restrições e onerações de comércio. Não há ainda uma tarifa comum nem regulamentação comercial comum.

Na **união aduaneira**, “(...) além das características presentes na zona de livre comércio, os Estados adotam política comum para importar produtos para o mercado do bloco econômico, incluída uma tarifa única de importação, a ‘tarifa externa comum’ (TEC), que, uma vez paga, permite a circulação dos produtos nos países do bloco sem o pagamento de outros tributos”⁸⁸. Em suma, há políticas comerciais uniformes e pautas aduaneiras comuns com relação a terceiros.

O **mercado comum** é uma das formas mais desenvolvidas de cooperação, em que há plena liberdade de circulação dos quatro fatores do capital, quais sejam bens, serviços, pessoas e capitais. Há também uma fixação de políticas comuns no que tange os não membros.

“Por fim, o tipo ótimo de Balassa, designado **integração econômica total**, assinala a plena uniformização de política fiscal, monetária, social, cuja execução e controle ficam a cargo de instituições supranacionais revestidas de poder vinculante”.

É também importante fazer uma breve diferenciação entre sistemas de **integração** e sistemas de **cooperação**. MELLO⁸⁹ salienta que as “organizações cuja função é de cooperação lidam apenas com as estruturas estatais (os governos), (...) sua função é fornecer e promover a harmonização e a coordenação das políticas e dos comportamentos dos Estados-membros”. As organizações de integração, por sua vez, “têm por missão aproximar os Estados que as compõem, exercendo certas funções que pertenciam aos Estados, até fundi-los em uma unidade globalizante no setor em que se desenvolve sua atividade, isto é, no domínio de sua competência”.

⁸⁸ GOMES, *op.cit.* p. 31.

⁸⁹ MELLO, *op.cit.* p. 94.

Parece-nos, pelo exposto, que a União Européia se encontra no estágio de integração mais avançado, o da união econômica total, e que trata-se, efetivamente, de modelo de integração.

O Mercosul, em contrapartida, “revela uma modelo ajustável à figura do mercado comum, embora ainda, graças ao bom número de cláusulas derogatórias, permaneça exibindo características de simples união aduaneira”⁹⁰. Além disso, por ser um bloco de características intergovernamentais⁹¹, é apenas um modelo de cooperação.

Desta forma, delimita-se claramente o objeto de nosso estudo, os Blocos de **Cooperação** Econômica. Não nos cabe aqui a análise de uma situação tão avançada quanto à da União Européia, mas apenas a de um processo de cooperação que, ainda incipiente, visa à integração a longo prazo.

3. MODALIDADES DE BLOCOS ECONÔMICOS

Para MELLO⁹², “organizações regionais ou quase-regionais são aquelas que abrangem apenas alguns estados, ou ainda, as que não tem como fim a sua universalidade”. Salaria que não apenas a contigüidade geográfica é um fator da integração regional, mas também os interesses políticos e econômicos comuns dos Estados participantes do bloco.

Para o supramencionado autor, há um critério de classificação dos blocos econômicos quanto à natureza dos poderes que exercem. Reproduziremos um trecho de seu texto porque explica com maestria este critério de suma importância para a continuidade de nosso trabalho:

“(…) 1 – organizações intergovernamentais, ou interestatais ou de cooperação; 2 – organizações supranacionais ou de integração. Na primeira categoria estão todas as organizações internacionais com exceção de três. O 1º grupo se caracteriza pelo seguinte: a) os órgãos são constituídos por representantes dos estados; b) as decisões são tomadas

⁹⁰ FREITAS JÚNIOR, *op.cit.* p. 32.

⁹¹ Conceito este que será analisado no próximo item deste Capítulo.

⁹² MELLO, *op.cit.* p. 112.

por unanimidade ou maioria qualificada; c) cabe aos próprios estados executarem as decisões dos órgãos. A segunda categoria é formada pelas comunidades européias. Estas apresentam em relação as organizações de cooperação as seguintes características: a) a existência de órgãos em que os titulares atuam em nome próprio e não como representante dos estados; b) de um modo geral as deliberações são tomadas por votação majoritária; c) as decisões dos órgãos legislativos e judiciais das organizações são diretamente exeqüíveis no interior dos estados membros. Elas são imediatamente obrigatórias no território dos Estados, independentemente de qualquer ‘autorização’ ou ‘homologação’. Pode-se resumir as suas características em uma frase: os Estados abdicam, em favor delas, de suas competências (soberania), em sentido mais amplo do que nas organizações internacionais de modelo clássico”⁹³.

A União Européia, conforme a tipologia de MELLO, é uma **organização supranacional**. O que lhe é peculiar é o fato de seus órgãos atuarem em prol dos interesses da comunidade, e não dos Estados-membros em particular. Além disso, a maior parte das decisões são tomadas pelo princípio da maioria. Finalmente, vigoram os seguintes princípios: “1) a primazia do direito comunitário sobre os ordenamentos jurídicos internos; 2) o seu efeito direto à ordem interna, sem os mecanismos de incorporação aos direitos estatais”⁹⁴. Em suma, há uma certa “transferência” de parte da soberania dos países membros da União Européia em favor da entidade supranacional, o que é facilmente constatável pela aplicabilidade direta e imediata do Direito Comunitário nos âmbitos internos. Neste sentido, SEIDL-HOHENVELDERN:

“De toda forma, algum intercâmbio econômico vai continuar a existir e vai requerer regulação pelas normas de Direito Internacional. A forma mais eficiente de estabelecer estas regras, de adaptá-las a circunstâncias que, sobretudo no campo econômico, são sujeitas a mudanças repentinas, e de controlar sua aplicação, é através do estabelecimento de uma organização internacional. Muita preocupação existe no fato de os Estados-membros transferirem parte de seus direitos soberanos para as organizações internacionais, até para aquelas que – contrariamente às Comunidades Européias – não se denominam supranacionais, qualidade que muitos negam até mesmo para esta última”⁹⁵.

⁹³ MELLO, *idem*. p. 113 e 114.

⁹⁴ FONTOURA, Jorge. In: BASSO, Maristela (organizadora). **Mercosul – seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-membros**. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p. 93.

⁹⁵ “*In any case, some economic interchange will continue to exist and will require regulation by rules of international law. The most efficient way to establish such rules, to adapt them*

O Mercosul, a seu turno, é um bloco econômico **intergovernamental**. Isto significa, conforme exposto por MELLO, que há uma maior relevância do papel do Estado participante do bloco e uma menor “transferência” de soberania. A característica de tais organizações terem órgãos constituídos pelos representantes dos Estados, cabendo a estes a execução das decisões dos órgãos, as quais são tomadas por unanimidade, mostra que não há, efetivamente, uma preocupação com o “todo”, mas sim com a soma das partes.

Tal análise se faz necessária para esclarecer os limites deste estudo: estará adstrito aos blocos intergovernamentais, e não aos supranacionais. Quando se cogita destes últimos, há realmente uma “transferência” de “parcelas” de soberania dos Estados membros para o bloco econômico⁹⁶. Quanto aos primeiros, são regidos por relações de Direito Internacional Público, ou seja, por Tratados Internacionais. Não há um Direito Comunitário, superior às normas internas como no caso da União Européia. No Mercosul e nos demais Blocos de Cooperação Econômica intergovernamentais, há – ao menos em tese – a manutenção intacta das soberanias dos países envolvidos, os quais se relacionam através da celebração de Tratados Internacionais. A rigor, os países componentes seriam soberanos até mesmo para descumprir um Tratado Internacional. Tem de haver, nestes casos, um respeito aos princípios do Direito Internacional Público, sob pena de restar toda a cooperação regional inviabilizada, o que poderá provocar um enorme constrangimento a nível internacional. No que tange o Mercosul, GOMES afirma que “como resultado da inexistência de qualquer elemento de supranacionalidade no âmbito do Mercosul, as relações comerciais entre

to circumstances which, in the economic field more than elsewhere, are subject to sudden changes and to control their application is the establishment of an international organization. Much stress is laid sometimes on the fact that member States allegedly transfer part of their sovereign rights to international organizations, even to those which – unlike the European Communities – may not claim to be supranational, a quality which others even deny to the latter”. (SEIDL-HOHENVELDERN, op.cit. p. 25).

⁹⁶ Colocamos as palavras entre aspas porque, como foi visto no primeiro Capítulo, pela teoria tradicional da soberania, trata-se de um absurdo afirmar que há transferência de soberania, em face do princípio da inalienabilidade e da indisponibilidade.

os países se regem pelos princípios *pacta sunt servanda* e da reciprocidade, aliás esse último consagrado pelo artigo 2º do Tratado de Assunção”⁹⁷.

A partir do exposto, conseguimos delimitar o nosso objeto de investigação: analisaremos a questão da soberania no que tange o conflito entre leis internas e Tratados internacionais no âmbito dos Blocos de Cooperação Econômica de característica **intergovernamental**. Se estivéssemos a tratar de supranacionalidade, não haveria qualquer conflito, pois o Direito Comunitário prevalece sobre o interno. Desta maneira, estaremos a estudar relações regidas pelas normas e princípios básicos de Direito Internacional Público, pois este é o ramo do Direito que cuida dos Tratados Internacionais.

Assim, como se trata da união de Estados soberanos em Blocos de Cooperação Econômica sem que haja prevalência da vontade de um sobre a de outro – haja vista o princípio da igualdade no plano internacional – a questão fica intrigante quando nos indagamos o que prevaleceria em caso de conflito entre as leis internas de um Estado participante de um destes blocos e um Tratado Internacional que estabeleça algo nesta organização. Afinal de contas, se defendermos que o Estado é suficientemente soberano para desobedecer um Tratado e fazer prevalecer seu ordenamento interno, toda a intenção de cooperação econômica é inútil. Ao mesmo tempo, se abrir mão da prevalência do Direito Interno, estará a abrir mão de parte de sua soberania, pois reconhece ordenamento jurídico válido superior ao seu. É preciso se analisar o que será mais importante de acordo com as circunstâncias.

⁹⁷ GOMES, *op.cit.* p. 92.

CAPÍTULO 3 – A QUESTÃO DA SOBERANIA NO CONFLITO ENTRE A LEGISLAÇÃO INTERNA E TRATADOS INTERNACIONAIS REGENTES DE BLOCOS DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA

1. TRATADOS INTERNACIONAIS

1.1. CONCEITO E IMPORTÂNCIA EM UM CENÁRIO GLOBALIZADO

Nas palavras de ARIOSI⁹⁸,

“diante de um cenário internacional que tem a globalização como determinante de suas estruturas, o DI⁹⁹ vai adquirindo também um aspecto globalizado. De fato, essa NOI¹⁰⁰ parece estar estruturando-se mediante um élan do DI, onde o tratado parece ocupar um espaço vital nessa nova organização. Na verdade, as relações internacionais têm sido estabelecidas, cada vez mais, sob bases jurídico-institucionais, onde arranjos internacionais têm delimitado novas esferas de influência e configurado novas estruturas de poder no cenário internacional. O tratado ocupa, nesse marco, uma importante função, visto que é mediante este instrumento que estas configurações emergem, possibilitando aos Estados maior flexibilidade e credibilidade nas suas ações externas”.

A autora enfatiza a importância do Tratado Internacional como instrumento de exercício da política externa internacional, especialmente no que tange aos movimentos de regionalização¹⁰¹. Explica que “a globalização tem sido apontada não mais como uma tendência, mas como uma realidade, ou um processo (...) da vida internacional dos Estados, e é a partir dessa hipótese que se pode atribuir ao instituto

⁹⁸ ARIOSI, Mariângela. **Conflitos entre Tratados Internacionais e leis internas – o Judiciário brasileiro e a nova ordem internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 1.

⁹⁹ Direito Internacional.

¹⁰⁰ Nova Ordem Internacional.

¹⁰¹ A autora alude IANNI, Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1992. p.9: “(...)simultaneamente aos novos surtos de globalização, no entanto, ocorrem novos surtos de fragmentação” e que os movimentos de regionalização seriam apenas um dos aspectos dessa *fragmentação*”.(ARIOSI, *op.cit.* p. 11).

do tratado internacional um papel de relevância nesse novo cenário”¹⁰². Para a autora, o Tratado Internacional é “a moldura jurídico-institucional dentro da qual os movimentos de globalização tomam forma (...). Os tratados, por sua vez, impõem responsabilidades aos signatários à medida que estabelecem obrigações mútuas gerando, dessa forma, direitos e deveres aos contratantes”¹⁰³.

Os Blocos de Cooperação Econômica, como vimos, nascem da intenção de determinados Estados se unirem sob um determinado objetivo comum, o que é concretizado através de Tratados Internacionais celebrados soberanamente por estes Estados. Como salientou a autora supramencionada, os Tratados, principal fonte do Direito Internacional Público¹⁰⁴, implicam a necessidade de se respeitarem os princípios fundantes deste ramo do Direito, especialmente o *pacta sunt servanda*.

Desta forma, em uma sociedade globalizada, o Tratado Internacional promove uma maior interdependência entre os atores que interagem internacionalmente, devendo, portanto, receber um tratamento mais adequado às novas conjunturas internacionais e mais adaptado a esta nova realidade. Evidentemente, esta situação implica uma reflexão acerca de outros princípios importantes, principalmente para o Direito Constitucional, como é o princípio da soberania. Passaremos a tratar agora da normatividade dos Tratados Internacionais e da sua incorporação ao Direito Interno.

¹⁰² ARIOSI, *idem*. p. 12

¹⁰³ ARIOSI, *idem*, *ibidem*.

¹⁰⁴ “Por fontes do DIP entendemos os documentos ou pronunciamentos dos quais emanam os direitos e os deveres das pessoas internacionais; são os modos formais de constatação do direito internacional”. (ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público** – Hildebrando Accioly, G.E. do Nascimento e Silva. 13ª edição. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 19). O Estatuto da Corte Internacional de Justiça, em seu artigo 38, contém uma relação das fontes do Direito Internacional Público, sendo que as primeiras delas “são as convenções internacionais, quer gerais, quer especiais, que estabeleçam regras expressamente reconhecidas pelos Estados litigantes”. De acordo com a Convenção da ONU sobre Direito dos Tratados, “Tratado significa um acordo internacional celebrado entre Estados em forma escrita e regido pelo direito internacional, que conste, ou de um instrumento único, ou de mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica”.

1.2. NORMATIVIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL

KELSEN¹⁰⁵ expõe que “O Direito internacional é – de acordo com a habitual determinação de seu conceito – um complexo de normas que regulam a conduta recíproca dos – Estados – que são sujeitos específicos de Direito internacional”. Em seguida, passa a analisar o grau de normatividade do Direito Internacional, ou seja, “se o complexo de normas que tem a designação de Direito Internacional é (...) Direito no mesmo sentido que o Direito estadual e, por consequência, pode ser objeto de uma ciência jurídica”. Enfim, ele visa a analisar se:

“Segundo a determinação do conceito de Direito que aqui propusemos, o chamado Direito internacional é Direito se é uma ordem coercitiva da conduta humana, pressuposta como soberana; se liga aos fatos por ele definidos como pressupostos atos de coerção por ele determinados como consequências e, portanto, pode ser descrito em proposições jurídicas, da mesma forma que o Direito estadual”.

Analisando as represálias e a coercitividade do Direito Internacional, bem como a teoria de *bellum justum*¹⁰⁶, explica que este ramo do Direito, além de obrigar e autorizar Estados, obriga e autoriza indivíduos humanos, pois “o Estado, como pessoa atuante, manifesta-se apenas em ações de seres humanos considerados como sendo seus órgãos”¹⁰⁷. Esta regulamentação efetuada pelo Direito Internacional, entretanto, é indireta, através da mediação da ordem jurídica nacional. Para KELSEN¹⁰⁸, portanto:

“(...) a conduta humana regulamentada por uma norma jurídica consiste em dois elementos: o elemento material, *i.e.*, o que tem de ser feito ou evitado, e o elemento pessoal, *i.e.*, a pessoa por quem isso tem de ser feito ou evitado. Uma norma só é completa se determinar ambos os elementos. As normas do Direito internacional costumam determinar apenas o elemento material e são, neste sentido, incompletas. Elas aguardam suplementação pelas normas do Direito nacional”.

¹⁰⁵ KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 355.

¹⁰⁶ O raciocínio de Kelsen não será explicado aqui em virtude dos limites do trabalho e do fato de não ser relevante à análise que pretendemos fazer.

¹⁰⁷ KELSEN, Hans. **Teoria geral ...** p. 487.

¹⁰⁸ KELSEN, *idem*, p. 488.

O mesmo autor explica adiante que como as normas internacionais dependem de complementação do Direito interno, “a ordem jurídica internacional pressupõe a existência de normas jurídicas nacionais. Sem estas, ela seria um fragmento inaplicável e uma ordem jurídica”¹⁰⁹. Portanto, a ordem jurídica internacional delegaria esta função de complementação ao Direito interno.

Finalmente conclui Kelsen¹¹⁰ pela existência de plena normatividade do Direito Internacional, a partir da existência de dois grupos de normas internacionais:

“O primeiro compõe-se de normas referentes a matérias que só podem ser regulamentadas pelo Direito internacional e não admitem regulamentação por Direito nacional. (...) O segundo inclui normas referentes a matérias que também podem ser regulamentadas por Direito nacional e que são efetivamente regulamentadas por Direito nacional, na medida em que o Direito internacional consuetudinário ou contratual não as regulamente”.

A função do Direito Internacional, no primeiro grupo de normas, está precisamente na delimitação normativa que torna possível a coexistência pacífica entre os Estados, pois apenas uma ordem normativa que “compreenda as esferas de validade pessoal e territorial de todas as ordens jurídicas nacionais” pode impor uma limitação desta natureza. Quanto ao segundo grupo,

“O Direito internacional é relevante também para a esfera de validade material da ordem jurídica nacional. Como as suas normas, especialmente as criadas por tratados internacionais, podem regulamentar qualquer matéria e, portanto, também as matérias regulamentadas pelo Direito nacional, ele limita a esfera de validade material deste último. Os Estados, é verdade, permanecem competentes, mesmo sob o Direito internacional, para regulamentar em princípio todas as matérias que podem ser regulamentadas por uma ordem limitada na sua esfera territorial, mas eles conservam esta competência apenas na medida em que o Direito internacional não regulamente uma matéria específica. O fato de uma matéria ser regulamentada pelo Direito internacional tem o efeito de que esta não pode ser regulamentada arbitrariamente pelo Direito nacional. Um tratado internacional referente a determinadas matérias obriga juridicamente os Estados contratantes no que diz respeito à regulamentação dessas matérias pelas suas legislações próprias”¹¹¹.

Percebe-se, portanto e com maioria de razão, que o Direito Internacional é

¹⁰⁹ Kelsen, *idem*, p. 495.

¹¹⁰ Kelsen, *idem*, p. 496 e 497.

¹¹¹ Kelsen, *idem*, p. 498 e 499.

sim uma ordem jurídica dotada de normatividade, no sentido de que as obrigações que constitui, bem como as proibições que estabelece, têm o condão de estabelecer limites à atuação dos Estados, principais sujeitos de Direito Internacional Público, e, em caso de desobediência, pode haver sanções e represálias, por força do princípio *pacta sunt servanda*. É o papel do Direito Internacional Público que explica SEIDL-HOHENVELDERN¹¹², salientando a importância deste princípio e a necessidade de respeito mútuo entre os Estados da Comunidade Internacional em face de sua interdependência:

“Os Estados neste globo são, de muitas maneiras, dependentes entre si. Tal interdependência requer a existência de regras sobre as relações entre Estados. Estas normas não podem ser feitas por um único Estado. Se cada Estado quisesse fazer tais regras, a sua não-aceitação pelos demais Estados levaria à anarquia. Necessariamente, regras em relações entre Estados só podem ser aquelas reconhecidas por todos os Estados participantes destas relações, quer dizer, em face da hodierna interdependência mundial, por todos os Estados do globo. Se a um Estado fosse permitido ignorar estas regras de Direito Internacional por conta da soberania, não haveria mais qualquer base confiável para as relações entre os Estados, o que é necessário em virtude da interdependência de vários Estados soberanos”.

MELLO¹¹³, acerca da normatividade do Direito Internacional Público, tem o mesmo entendimento do autor anterior. Em face da interdependência econômica nas relações internacionais, mesmo que aparentemente não haja meios de aplicar punições a um Estado, posto que soberano, explica acerca da efetividade das relações internacionais, que:

“É lógico que, como toda norma jurídica, elas são passíveis de violação, o que ocorre de

¹¹² “Yet the States on this globe are in many ways dependent on each other. Such interdependence requires the existence of rules concerning inter-State relations. These rules cannot be those made by a single State. If every State claimed to make such rules, their inevitable non-acceptance by other States would lead to anarchy. By necessity, rules on inter-State relations can only be rules recognised by all States participating in these relations, that is, in view of the present-day world-wide interdependence, by all States of the globe. If a State was to be allowed to disregard these rules of international law, in view of its claim to be the master of its own destiny, there would no longer be any reliable basis for the inter-State relations required by the fact of the interdependence of the several sovereign States”. (SEIDL-HOHENVELDERN, *op.cit.* p. 22).

¹¹³ MELLO, *op.cit.* p. 100.

um modo constante. Entretanto, uma série de fatores, que vão desde os econômicos aos políticos, conduzem a que tais decisões tenham uma razoável efetividade. A interdependência econômica e o receio de sanções conduz ao que afirmamos: (...) o fato dos estados nacionais terem se transformado em entidades ‘permeáveis’, o que ‘diminuiu a barreira entre matérias de interesse internacional e as de jurisdição doméstica’”.

Em suma, demonstramos o pensamento de ARIOSI¹¹⁴:

“É consenso que o sistema internacional apresenta algumas características análogas às do direito interno. Por exemplo, ambos são ordens normativas, dotadas de sanção e têm idêntica noção de ato ilícito, quando uma norma qualquer é violada. Quanto às suas características, pode-se dizer que o DI apresenta um corpo de normas que são abstratas e atributivas, ou seja, ensejam competências sem assinalar à materialidade da ação a executar; têm, também, sua elaboração mais lenta e imprecisa do que as normas de Direito interno.

Todos esses aspectos conferem um caráter muito impreciso às normas jurídicas internacionais que podem gerar inclusive contradições nas interpretações de muitos teóricos internacionalistas”.

Abordamos este assunto porque consideramos importante analisar se é legítima, por parte de um Estado membro da Comunidade Internacional ou de um Bloco de Cooperação Econômica, a invocação do princípio da soberania para realizar uma violação de algum dispositivo ao qual aderiu, voluntariamente em um Tratado Internacional. Não nos parece correto; se um Estado soberanamente celebrou um Tratado, pelo princípio do *pacta sunt servanda*, deve cumpri-lo. Afinal de contas, o Tratado é a principal fonte de Direito Internacional Público, ramo este do Direito dotado de normatividade e que, portanto, deve ser respeitado com vistas à manutenção de uma ordem internacional pacífica.

1.3. VALIDADE DOS TRATADOS INTERNACIONAIS – SUA RECEPÇÃO NOS DIREITOS INTERNOS

Necessário salientar que, em regra, compete ao Poder Executivo a conclusão

¹¹⁴ ARIOSI, *op.cit.* p. 45.

de Tratados em nomes dos Estados¹¹⁵, nas figuras dos Chefes de Estado ou Ministros das Relações Exteriores¹¹⁶.

MELLO¹¹⁷ afirma que a fase do processo de conclusão dos Tratados que precisa ser explicada é a ratificação, porque é ela que vai exigir ou não a aprovação do Poder Legislativo. Segundo o mesmo autor,

“A competência para fixar o Poder competente para ratificar é fixado pelo Direito Constitucional e este devido a natureza das relações externas do estado, o dá quase sem exceção ao Poder Executivo. As Constituições determinam que a ratificação deve ocorrer após a aprovação do Poder Legislativo. Entretanto, a aprovação do tratado por este nada impede que o executivo se recuse a ratificar”¹¹⁸.

Assim, define ACCIOLY a ratificação como sendo “o ato administrativo mediante o qual o chefe de Estado confirma um tratado firmado em seu nome ou em nome do Estado, declarando aceito o que foi convencionado pelo agente signatário”¹¹⁹. O Professor Catedrático da PUC-SP prossegue, explicando que “geralmente a ratificação só ocorre depois da aprovação do tratado pelo Parlamento, a exemplo do que ocorre no Brasil, onde esta faculdade é do Congresso Nacional^{120,121}.

¹¹⁵ Embora estejamos a falar de Estados, é importante salientar que eles não são os únicos sujeitos de Direito Internacional Público que têm o poder de celebrar Tratados Internacionais. Apesar de serem os principais, também podem fazê-lo “organizações internacionais, Santa Sé, beligerantes, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, movimentos de libertação nacional etc. Esta enumeração não pretende ser exaustiva, porque as Constituições ou até mesmo tratados, podem conceder o ‘treaty-making power’ a outras coletividades”. (MELLO, Celso Duvivier Albuquerque. **Direito Constitucional Internacional: uma introdução**. Rio de Janeiro: Renovar, 1994. p. 259).

¹¹⁶ No Brasil, o artigo 84 da Constituição traz dispositivo a este respeito:

“art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional”.

¹¹⁷ MELLO, **Direito Constitucional...** P. 261.

¹¹⁸ MELLO, *idem*. p. 263.

¹¹⁹ ACCIOLY, *op.cit.* p. 28 e 29.

¹²⁰ Artigo 49 da Constituição brasileira:

MELLO¹²² entende que “a ratificação passou a ser considerada a fase mais importante do processo de conclusão dos tratados, porque é a troca ou o depósito dos instrumentos de ratificação que torna o tratado obrigatório. Entretanto, isto não tirou todo o valor da assinatura, vez que a sua concessão mostra que aquele ato tem algum significado”. No mesmo sentido, ACCIOLY¹²³ explica que “embora o tratado só entre em vigor após a sua ratificação, um Estado deve abster-se da prática de qualquer ato capaz de frustrar o seu objeto e finalidade”. Enfim, percebe-se que, apesar de a ratificação ser imprescindível para a entrada em vigor dos Tratados Internacionais¹²⁴, é necessário o respeito ao princípio *pacta sunt servanda*.

Hodiernamente, entretanto, “a ratificação deixou de ter a importância anterior, tanto assim que a necessidade de ratificação só existe se o próprio tratado a prever”¹²⁵. É o que dispõe a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, em seu artigo 14¹²⁶.

“art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”.

¹²¹ ACCIOLY, *idem*, p. 29.

¹²² MELLO, *op.cit.* p. 263.

¹²³ ACCIOLY, *op.cit.* p. 29

¹²⁴ Convenção de Havana sobre Tratados:

“Artigo 5º: Os tratados não são obrigatórios senão depois de ratificados pelos Estados contratantes, ainda que esta cláusula não conste nos plenos poderes dos negociadores, nem figure no próprio tratado”. (RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais**. 5ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997. p. 291).

¹²⁵ ACCIOLY, *op.cit.* p. 29.

¹²⁶ “Artigo 14: O consentimento de um Estado em obrigar-se por um tratado manifesta-se pela ratificação:

a) quando o tratado assim dispõe expressamente;

Seguindo os ensinamentos de ACCIOLY¹²⁷, a ratificação é dada por meio de uma **carta de ratificação**, assinada pelo Chefe de Estado e referendado pelo Ministro das Relações Exteriores. Este documento é uma promessa de fiel cumprimento do Tratado. O que torna este perfeito e acabado é a troca das cartas de ratificação entre os Estados contratantes ou o depósito no lugar indicado pelo Tratado.

MELLO¹²⁸ salienta o fato de o Poder Executivo estar reforçando seu poder em matéria de relações internacionais em virtude da lentidão do Poder Legislativo, já que as relações internacionais são cada vez mais intensas.

Não há dúvida que a necessidade de ratificação dos Tratados Internacionais é uma forma de fiscalização das atividades do Poder Executivo pelos representantes do povo, via Congresso Nacional. Desta forma, a ratificação nada mais é que a consagração do princípio da **soberania popular**, aludido no Capítulo 1 deste trabalho. Conforme ARIOSI¹²⁹, “a intervenção do Poder Legislativo nos processos de negociação dos tratados internacionais é decorrente dos ideais democrático-liberais”.

Uma vez ratificado, o Tratado Internacional é internalizado e ingressa no ordenamento jurídico brasileiro, na mesma posição hierárquica de leis ordinárias federais¹³⁰. Desta forma, uma lei federal posterior que disponha de modo diverso, pode vir a revogar aquilo que estava em vigor por força de Tratado Internacional. Neste

-
- b) quando, por outra forma, se estabelece que os Estados negociadores convencionaram a necessidade de ratificação;
 - c) quando o representante do Estado assina o tratado sob reserva de ratificação; ou
 - d) quando a intenção do Estado de assinar o tratado sob reserva de ratificação decorre dos plenos poderes de seu representante, ou foi manifestada durante a negociação.” (RANGEL, *op.cit.* p. 303).

¹²⁷ ACCIOLY, *op.cit.* p. 30 e 31.

¹²⁸ MELLO, *op.cit.* p. 264.

¹²⁹ ARIOSI, *op.cit.* p. 137.

¹³⁰ ARIOSI, *idem.* p. 159.

ponto reside o grande problema, pois os países que são signatários de um Tratado junto com o Brasil têm certas expectativas de comportamentos por parte do Estado brasileiro. Por sua vez, se o Poder Legislativo brasileiro resolve por bem, sob o escudo da soberania, legislar diversamente, há uma quebra das expectativas e um desrespeito ao *pacta sunt servanda*.

Se esta situação já é problemática, ela se torna mais grave se estivermos a tratar de Tratados Internacionais, regidos pelo Direito Internacional Público, que estejam a reger algum Bloco de Cooperação Econômica do qual o Brasil participe, como, por exemplo, o Mercosul. Se for possível ao Brasil legislar internamente de forma diversa do que foi internacionalmente convencionado por força da idéia de soberania nacional, há uma total inviabilização do processo de cooperação econômica.

Portanto, trataremos no próximo item das teorias que lidam com os conflitos entre leis internas e Tratados Internacionais. Em seguida, analisaremos a opção brasileira quando se trata de conflitos entre leis internas e Tratados Internacionais, a qual consideramos inadequada à nova realidade internacional. Finalmente, analisaremos uma idéia de soberania mais apropriada, que permita a cooperação econômica internacional, posto que necessária, e que, ao mesmo tempo, não destitua o Estado brasileiro da sua soberania.

2. TEORIAS SOBRE OS CONFLITOS ENTRE DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO INTERNO

ARIOSI¹³¹ salienta, conforme vem sendo exposto neste trabalho, que ocorre na atualidade uma crescente expansão dos movimentos globalizantes, o que impõe novas formas de relacionamento aos sujeitos internacionais. Neste contexto,

“(...) cada vez mais, o DI vai se tornando, ao mesmo tempo, elemento de coesão e de tensão nas relações entre os sujeitos internacionais. É um elemento de coesão, à medida

¹³¹ ARIOSI, *idem*. p. 60 e 61.

que vai conseguindo estabelecer a cooperação entre os atores internacionais e o equilíbrio do sistema internacional. Essa coesão implica a harmonização das duas ordens, interna e externa. Por outro lado, pode ocorrer, inversamente o cenário de estabilidade, uma contradição de interesses entre as duas ordens, a estatal e a internacional; no caso do DI, das duas ordens jurídicas, a interna e a externa. Na verdade, trata-se de um conflito de normas, já que a coexistência de duas ordens jurídicas, ou seria melhor dizer, de dois contextos jurídicos diferentes, nem sempre se dá de forma uniforme. É esta contradição, entre o DI e o Direito interno, que tem levado a problemas doutrinários e práticos sem que se chegue, todavia, a um consenso sobre a predominância de um Direito sobre o outro; pois, havendo um conflito entre uma norma de DI e uma de Direito interno, qual delas deverá prevalecer?”.

A partir deste questionamento acerca da primazia de tal ou qual ordenamento jurídico, surgem as teorias acerca dos conflitos entre Direito Internacional e Direito interno. É delas que passaremos a tratar agora.

2.1. TEORIA DUALISTA

O primeiro estudo acerca da existência de um conflito de normas foi feito por Heinrich TRIEPEL, em 1899. Para este autor, “o DI e o Direito Interno são noções diferentes e, em consequência, as duas ordens jurídicas podem ser tangentes, mas não secantes, isto é, são independentes, não possuindo qualquer área em comum”¹³². Há três diferenças entre elas:

“A primeira diferença é de ‘relações sociais’: na ordem internacional, o Estado é o único sujeito de direito enquanto na ordem interna aparece o homem também como sujeito de direito.

A segunda diferença é das fontes nas duas ordens jurídicas: o Direito Interno é resultante da vontade de um Estado, enquanto o DI tem como fonte a vontade coletiva dos Estados, que se manifesta expressamente nos tratados-leis e tacitamente no costume internacional.(...)

A terceira diferença é relativa à estrutura das duas ordens jurídicas: a primeira está baseada em um sistema de subordinação e a internacional na coordenação. É a comunidade

¹³² MELLO, **Curso de Direito Internacional Público**. 11.ed.v.1. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. p. 109.

internacional uma sociedade paritária”¹³³.

A partir daí, desenvolve a teoria da incorporação, segundo a qual para que uma norma internacional seja aplicada no âmbito interno do Estado, ela precisa ser transformada em Direito interno através de sua incorporação no sistema jurídico. Por isso, para Triepel, “havendo duas ordens jurídicas independentes, estas não poderiam se chocar, já que a recepção do DI é realizada, se for o caso, pela transformação do DI em D.interno”¹³⁴.

Dionísio ANZILOTTI levou a concepção de Triepel à Itália, com algumas diferenças. A principal delas é a admissão de que o Direito Internacional pudesse ser aplicado, em alguns casos, sem necessidade de transformação. Outros autores italianos se filiaram à concepção dualista, com algumas características próprias.

Alfred Verdross foi quem estabeleceu a denominação de “dualismo” para esta teoria. Reconheceu, entretanto, a deficiência do termo, pois não existe apenas um direito interno, mas vários, de modo que tal concepção poder-se-ia denominar pluralista¹³⁵.

Esta teoria foi alvo de várias críticas, sendo as mais acirradas aquelas de Kelsen. Transcreveremos a exposição de MELLO¹³⁶ por trazê-las de forma resumida:

“(...) a) o homem é também sujeito internacional, uma vez que tem direitos e deveres outorgados diretamente pela ordem internacional; b) o direito não é produto nem da vontade de um Estado, nem de vários Estados. O voluntarismo é insuficiente para explicar a obrigatoriedade do costume internacional; c) Kelsen observa que coordenar é subordinar a uma terceira ordem; assim sendo, a diferença entre as duas ordens não é de natureza, mas de estrutura, isto é, uma simples ‘diferença de grau’; d) o DI consuetudinário é normalmente aplicado pelos tribunais internos sem que haja qualquer transformação ou incorporação; e) quanto à escola italiana, que sustenta que o DI se dirige apenas ao Estado e não ao seu direito interno, podemos endossar a opinião de Rolando Quadri, que observa não ser ‘possível dissociar o Estado do seu ordenamento’; f) pode-se acrescentar a

¹³³ MELLO, **Curso de ...** p. 109 e 110.

¹³⁴ ARIOSI, *op.cit.* p. 69.

¹³⁵ MELLO, **Curso de ...** p. 110.

¹³⁶ MELLO, **Curso...** p. 110 e 111.

observação de P. Paone de que o dualismo no DI está sempre ligado à sua concepção como sistema privatístico”.

ARIOSI¹³⁷ salienta que “Kelsen afirma que o dualismo é, sobretudo, um corolário dogmático-apológico da soberania do Estado; pois, defender a manutenção da autoridade suprema do Estado sobre qualquer ordem de caráter supranacional é defender, em última instância, a teoria clássica da soberania estatal (...)”.

2.2. TEORIA MONISTA

Esta teoria não aceita a existência de duas ordens jurídicas autônomas, independentes e não-derivadas ao mesmo tempo. O monismo sustenta a tese da existência de uma única ordem jurídica. É o que nos diz KELSEN, quando explica que “o conceito de um chamado conflito de normas ou deveres significa o fato psicológico de um indivíduo estar sob a influência de duas idéias que o impelem em direções opostas; ele não significa a validade simultânea de duas normas que se contradizem mutuamente”¹³⁸. Deste modo, há duas variáveis: uma que sustenta a primazia do Direito interno e outra que sustenta a do Direito Internacional.

O monismo com primazia no Direito interno, baseado nas concepções de Hegel,

“(...) considera o Estado como tendo uma soberania absoluta e incontestável. Segundo esta concepção, o Estado não pode estar sujeito a nenhum sistema jurídico que não tenha emanado da sua própria vontade; pois o fundamento do DI, segundo Jellinek, é a autolimitação do Estado, já que o DI tira sua obrigatoriedade do D. interno. Nesse marco, o DI se traduz em um *direito estatal externo*, seria um tipo de Direito interno que os Estados aplicam em âmbito internacional”¹³⁹.

Esta teoria está sujeita a diversas críticas, sendo que a principal, trazida por

¹³⁷ ARIOSI, *op.cit.* p. 76.

¹³⁸ KELSEN, Hans. **Teoria geral do...** p. 533.

¹³⁹ ARIOSI, *op.cit.* p. 76.

MELLO¹⁴⁰, é a negação do Direito Internacional como um direito autônomo e independente, reduzindo-o a um simples direito estatal. O autor continua observando que esta teoria não se coaduna com a prática internacional.

No que tange o monismo com prevalência do Direito Internacional, cujo maior expoente é KELSEN, há uma pirâmide de normas sendo que a norma que se encontra em seu topo, denominada pelo autor de *Grundnorm*, consiste no princípio fundante do Direito Internacional, qual seja o *pacta sunt servanda*. MELLO¹⁴¹ salienta que esta concepção “parte da não existência de diferenças fundamentais entre as duas ordens jurídicas. A própria noção de soberania deve ser entendida com certa relatividade e dependente da ordem internacional”.

KELSEN¹⁴² sustenta, de início, a ausência de conflitos entre as ordens interna e internacional, posto que o “conflito entre uma norma estabelecida de Direito internacional e uma de Direito nacional é um conflito entre uma norma superior e outra inferior”. Assim, uma delas deve prevalecer.

“A concepção de que o Direito estadual e o Direito internacional são ordens jurídicas distintas uma da outra e independentes uma da outra na sua validade é essencialmente baseada na existência de conflitos insolúveis entre os dois. Uma análise mais aprofundada, mostra, porém, que o que se considera como conflito entre normas do Direito internacional e normas de um Direito estadual não é de forma alguma um conflito de normas, que tal situação pode ser descrita em proposições jurídicas que de modo algum se contradizem logicamente”¹⁴³.

Para KELSEN¹⁴⁴, no que tange a soberania, não existem Estados soberanos, pois, como vimos, a soberania de um automaticamente exclui a soberania dos demais. Para ele, soberana é a ordem jurídica internacional porque quando do

¹⁴⁰ MELLO, **Curso de ...** p. 111.

¹⁴¹ MELLO, *idem*, p.112.

¹⁴² KELSEN, **Teoria geral...** p. 527.

¹⁴³ KELSEN, **Teoria Pura....** p.366.

¹⁴⁴ KELSEN, **Teoria geral....** p. 526.

surgimento do Direito Internacional,

“(...) as ordens jurídicas nacionais foram trazidas à relação com o Direito internacional, afirmada pela teoria monista. Os Estados são soberanos na medida em que não exista Direito internacional ou que não se suponha a sua existência. Mas se o Direito internacional existe ou é pressuposto como existente, uma ordem jurídica superior à dos Estados é válida. Desse modo, sob o Direito internacional, os Estados não são soberanos”.

Em suma, um conflito entre Direito interno e Direito Internacional não quebra a unidade do sistema jurídico, importando apenas a primazia do último.

Expõe MELLO¹⁴⁵ que “a principal crítica dirigida a esta teoria é que ela não corresponde à História, que nos ensina ser o Estado anterior ao DI. Os monistas respondem que a sua teoria é ‘lógica e não histórica’. Realmente, negar a superioridade do DI é negar a sua existência, uma vez que os Estados seriam soberanos absolutos e não estariam subordinados a qualquer ordem jurídica que lhes fosse superior”.

Houve ainda uma série de teorias conciliadoras as quais, por sua inexpressividade e ausência de aceitação prática ou na doutrina, deixarão de ser mencionadas.

3. A OPÇÃO BRASILEIRA COM RELAÇÃO AOS CONFLITOS ENTRE DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO INTERNO

A intensificação das relações internacionais fez surgir, com maior força, o problema do conflito entre leis internas e Tratados internacionais. A jurisprudência internacional, salienta ARIOSI¹⁴⁶, “tem sido unânime em consagrar a primazia do DI”. O monismo tem sido, portanto, a opção dos Estados.

Há, entretanto, duas orientações monistas com ênfase no Direito

¹⁴⁵ MELLO, *Curso de Direito...* p. 112.

¹⁴⁶ ARIOSI, *op.cit.* p. 155.

Internacional: a moderada¹⁴⁷ e a radical¹⁴⁸. A primeira admite que “uma lei posterior revogue tratado anterior que lhe seja contraditório”¹⁴⁹, pelo princípio *lex posterior derogat lex priori*. A última, por sua vez, entende que “o DI tem seus próprios meios para a revogação dos tratados, como por exemplo a denúncia. Não se pode conceber uma revogação por outros meios, como asseveram alguns autores, onde leis internas não podem prevalecer, sob nenhuma hipótese, sobre os tratados”¹⁵⁰. Segundo esta concepção, portanto, os Tratados internacionais, uma vez ratificados e admitidos nos ordenamentos internos, estão em posição hierárquica entre a Constituição e as leis ordinárias federais. Assim, não podem ser revogados por lei, em respeito ao princípio do *pacta sunt servanda*.

A Constituição brasileira é silente acerca do que deve prevalecer em caso de conflito entre leis internas e Tratados Internacionais. Na realidade, nunca houve em nenhuma Constituição anterior, orientação neste sentido.

“A ausência de um dispositivo que defina a opção brasileira, seja para um monismo moderado ou radical, tem sido criticada, sobretudo, pelos internacionalistas que julgam prioritário (sic) uma definição dessa conduta numa ordem internacional cada vez mais integrada. Nesta ordem, o tratado internacional, entendido no seu sentido mais genérico, adquire um especial enfoque, em razão de ser o elemento de coesão, de integração, sendo, portanto, o elemento fomentador da *globalização* das relações internacionais”¹⁵¹.

Sobre este assunto, vimos que a doutrina brasileira não é uniforme, predominando, entretanto, a orientação monista radical. No que tange a jurisprudência, há uma oscilação entre o monismo moderado e o radical¹⁵². Os autores com maior

¹⁴⁷ ARIOSI cita entre os autores defensores desta corrente na doutrina brasileira: Campos Batalha, Francisco Campos e José Francisco Rezek.

¹⁴⁸ A mesma autora cita entre os defensores do monismo radical: Hildebrando Accioly, Oscar Tenório, Haroldo Valladão, Rubens Requião, Mirtô Fraga e Vicente Marotta Rangel.

¹⁴⁹ ARIOSI, *op.cit.* p. 161.

¹⁵⁰ ARIOSI, *idem*, p. 162.

¹⁵¹ ARIOSI, *idem*, p. 151.

¹⁵² ARIOSI, *idem*, p. 164.

vocação internacionalista têm entendido a opção por um monismo moderado como um verdadeiro retrocesso, e é o que vamos demonstrar em seguida.

4. UMA NOVA IDÉIA DE SOBERANIA NO QUE TANGE AS RELAÇÕES ENTRE LEIS INTERNAS E TRATADOS INTERNACIONAIS NOS BLOCOS DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA

GRUPENMACHER¹⁵³ salienta que o nosso texto constitucional não ignorou a atual tendência de formação de Blocos de Cooperação Econômica, conforme se infere do artigo 4º, inciso IX e parágrafo único¹⁵⁴. Aparentemente, por estes dispositivos, o constituinte teria estabelecido certas limitações à soberania estatal a fim de garantir o cumprimento dos tratados internacionais em sua plenitude.

Continua a autora mostrando que, no entanto, há outros dispositivos acerca das relações internacionais com os quais aqueles não se coadunam. Nos incisos I, IV e V do mesmo artigo, constam princípios absolutamente contraditórios em relação a uma orientação mais progressista nas relações internacionais, quais sejam a independência nacional, a não-intervenção e a igualdade entre os Estados.

No mesmo sentido, MELLO¹⁵⁵ observa que “a nossa Constituição consagra uma das antinomias da ordem internacional: a soberania e a cooperação internacional vez que esta só se realiza às expensas daquela. (...) A Constituição brasileira não

¹⁵³ GRUPENMACHER, *op.cit.* p. 11 a 13.

¹⁵⁴ “art. 4º. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

¹⁵⁵ MELLO, *Direito Constitucional...* p. 121.

estabelece a admissão de qualquer restrição à soberania e ao mesmo tempo no § único do art. 4º fala em integração econômica”. A Constituição do Brasil, para o autor, não leva em consideração as novas tendências da ordem jurídica internacional. Entende que a ausência de algum dispositivo constitucional que determine a primazia do Direito Internacional sobre o interno em caso de conflito é uma “grande ausência”¹⁵⁶.

BASTOS e MARTINS¹⁵⁷, citados por ARIOSI, dizem ser o texto constitucional de 1988 “surpreendentemente acanhado e tímido na matéria, apegando-se ao que poderíamos já considerar, ante a evolução dos outros países, como um extremado nacionalismo jurídico”.

Portanto, concordamos com ARIOSI¹⁵⁸ na questão acerca da orientação que seria aconselhável no conflito entre leis internas e Tratados Internacionais: “o esperado seria que essas disposições no texto constitucional brasileiro fossem claramente a favor de um monismo radical, haja vista toda a discussão acerca da necessidade de se compatibilizar os ordenamentos internos às novas tendências internacionais”.

Com efeito, **apenas uma concepção monista radical poderá respeitar o princípio fundante do Direito Internacional Público, que é o *pacta sunt servanda* e, ao mesmo tempo, proteger o Estado brasileiro e a democracia ao respeitar a soberania popular.**

Vimos que os Tratados Internacionais têm de passar pelo referendo do Congresso Nacional, o qual é composto pelos representantes do povo e dos Estados. Trata-se de um mecanismo de defesa pois, sendo os Tratados celebrados pelo Presidente da República, este poderia usurpar os poderes a ele concedidos e celebrar Tratados que fossem de encontro aos interesses da coletividade. Ora, a aprovação do Congresso se faz necessária em respeito à idéia de soberania popular, pois vimos que a

¹⁵⁶ MELLO, *idem.* p. 343.

¹⁵⁷ BASTOS, Celso Ribeiro e MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à Constituição do Brasil.** (ARIOSI, *op.cit.* p. 149).

¹⁵⁸ ARIOSI, *op.cit.* p. 189.

soberania foi um conceito historicamente desenvolvido e uma conquista democrática.

No entanto, se adotarmos as concepções dualista ou monista moderada, estaremos a admitir o conceito de soberania absoluta, a qual, já vimos ser falaciosa e impossível em um mundo no qual as relações internacionais atingem tal intensidade. Se pensarmos em Tratados Internacionais que sejam regentes de Blocos de Cooperação Econômica, a situação se agrava pois, se todos os países do Bloco resolverem adotar uma idéia de soberania absoluta, não há possibilidade de cooperação. Na realidade, cada um tem que ceder um pouco em prol de um objetivo maior, devendo-se adotar uma idéia de **soberania relativa**.

Como o fato de um Estado não admitir outra ordem jurídica superior à sua é uma afirmação de soberania, faz-se necessária a verificação de qual ordem jurídica deve prevalecer em caso de conflito. Neste ínterim, apenas a concepção **monista radical** – que entende que os Tratados Internacionais têm primazia sobre as leis internas – consegue respeitar a soberania popular, ao colocar o Tratado Internacional como inferior hierarquicamente à Constituição e, concomitantemente, prezar pelo respeito ao *pacta sunt servanda*, ao colocá-lo em posição superior às leis ordinárias federais, não podendo ser revogado por estas. Sem dúvida, tal orientação evita constrangimentos no âmbito internacional e favorece uma política externa mais adequada ao mundo globalizado.

CONCLUSÃO

Verificamos, no decorrer deste trabalho, que o conceito de soberania, desenvolvido historicamente, foi deveras relativizado a partir do desenvolvimento de uma ordem internacional globalizada. Com efeito, a intensificação das relações econômicas internacionais ensejou o desenvolvimento de Blocos de Cooperação Econômica, como alternativa potencialmente mais viável à inserção em um mercado internacional cada vez mais competitivo. Eles se regem pelo Direito Internacional Público e que seu principal instrumento normativo é o Tratado Internacional.

O problema decorrente desta conjuntura é o de se saber o regime jurídico a que se submetem tais blocos. Além disso, torna-se necessário o estabelecimento de uma hierarquia entre as normas que os regem, com o intuito de se evitarem conflitos. Ocorrendo estes conflitos, entretanto, é necessário que se determine qual regra será excluída e qual será aplicada. Dependendo da orientação que se adote, teremos uma perspectiva mais internacionalista, com maior ênfase na cooperação e na solidariedade internacionais, ou mais nacionalista, em defesa da soberania.

O mais importante, no momento histórico atual, é a valorização de uma perspectiva internacionalista. O conceito de soberania deve ser, na atualidade, mitigado em prol de um objetivo maior. O respeito ao *pacta sunt servanda* é fundamental para a manutenção de uma ordem internacional pacífica e para a viabilização de um ideal de cooperação econômica, mesmo que isto implique a relativização deste conceito.

No que tange aos conflitos entre Direito Interno e Tratados Internacionais, analisamos as teorias que deles tratam e concluímos pela necessidade da adoção da **concepção monista radical**, muito embora haja uma preferência da jurisprudência brasileira pelo monismo moderado. Segundo a teoria que propomos seja adotada, os Tratados Internacionais, uma vez ratificados pelo Congresso Nacional, entrariam no ordenamento jurídico brasileiro em posição hierárquica intermediária entre a Constituição e as leis ordinárias federais. Desta forma, lei posterior não pode revogar

Tratado Internacional ratificado o qual, no entanto, não pode ser inconstitucional. Trata-se de opção equilibrada: pela necessidade de ratificação e respeito à Constituição, está-se a respeitar a soberania popular, manifestada pela aprovação do Congresso Nacional; ao mesmo tempo, pela impossibilidade de revogação de Tratado internalizado por lei ordinária federal posterior, está-se a respeitar o *pacta sunt servanda*. Por consequência, não há constrangimentos internacionais e viabiliza-se o processo de cooperação econômica, sem qualquer afirmação de nacionalismo exarcebado.

Assim, propõe-se o monismo radical como melhor opção pois, ao mesmo tempo que respeita a soberania popular, conquista democrática imprescindível, também não apregoa o desrespeito ao *pacta sunt servanda*, princípio fundante do Direito Internacional Público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público** – Hildebrando Accioly, G.E. do Nascimento e Silva. 13ª edição. São Paulo: Saraiva, 1998.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1993.

ARIOSI, Mariângela. **Conflitos entre tratados internacionais e leis internas: o Judiciário brasileiro e a nova ordem internacional**. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CURSO DE EXTENSÃO, 2001, Curitiba. **O Estado do Futuro e o Futuro do Estado**. Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

FONTOURA, Jorge. In: BAZZO, Maristela (organizadora). **Mercosul – seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-membros**. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues de. **Globalização, Mercosul e crise do Estado-Nação: perspectivas para o direito numa sociedade em mudança**. São Paulo: LTr, 1997.

GOMES, Eduardo Biacchi. **Blocos econômicos e solução de controvérsias – uma análise comparativa a partir da União Européia e Mercosul**. Curitiba: Juruá, 2001.

GRUPENMACHER, Betina Treiger. **Tratados internacionais em matéria tributária e a ordem interna**. Tese apresentada na Universidade Federal do Paraná, para a obtenção do título de doutora. Curitiba, 1998.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o Breve Século XX: 1914-1991**. Tradução de: Marcos Santarrita. 2.ed. 14. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 2ª edição. São Paulo: LTr, 1998.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do Direito e do Estado**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Teoria pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEAL, Rosemiro Pereira. **Soberania e mercado mundial: a crise jurídica das economias nacionais**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: LED Editora de Direito, 1999.

LIMA, Abili Lázaro Castro de. **Globalização econômica, política e Direito: análise das mazelas causadas no plano político-jurídico**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2002.

LUZ, Nelson Ferreira da. **Soberania e Direito Internacional**. Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção da cadeira de Direito Internacional Público na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1952.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 11.ed. v.1. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

_____. **Direito Constitucional Internacional: uma introdução.** Rio de Janeiro: Renovar, 1994.

_____. **Direito internacional americano:** estudo sobre a contribuição de um Direito regional para a integração econômica. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

_____. **Direito internacional da integração.** Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Relações internacionais e sua construção jurídica: a ALCA e os blocos internacionais.** São Paulo: FTD, 1998.

PAULA, Vera Cecília Abagge de. **Aspectos do relativismo da soberania: contribuição ao estudo.** Rio de Janeiro, 1985. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, número 33. Coleção Acadêmica de Direito/17, 2000. Artigo: **Aspectos do relativismo da soberania: contribuição ao estudo.** Curitiba: Síntese, 2000.

PAUPÉRIO, Artur Machado. **O conceito polêmico de soberania.** 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. **Da comunidade internacional e do seu Direito: estudos de Direito Internacional Público e relações internacionais.** Coimbra: Coimbra Editora, 1996.

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais.** 5^a edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

REZEK, J. F. **Direito Internacional Público: curso elementar.** 3^a edição. São Paulo: Saraiva, 1993.

SEIDL-HOHENVELDERN. **International Economic Law.** 2.ed. revis. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1992.

VIGNALI, Herber Arbuet. **O atributo da soberania.** Associação Brasileira de Estudos da Integração: Brasília, 1996.